



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Orçamento, Governança e Gestão de
Riscos no Setor Público

NATALIA FREIRE DE MOURA

**TS VILA JARDIM: Estudo de caso da Governança na execução
de Programas Federais pela perspectiva da Filantropia
Comunitária**

Brasília – DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior

Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite

Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva

Coordenadora do Curso de Especialização em Orçamento, Governança e Gestão de
Riscos no Setor Público

NATALIA FREIRE DE MOURA

**TS VILA JARDIM: Estudo de caso da Governança na execução
de Programas Federais pela perspectiva da Filantropia
Comunitária**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no Setor Público.

Professor(a) Orientador(a): Prof^a Dr.^a Fátima de Souza Freire.

Brasília – DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Ft Freire de Moura, Natalia .
TS VILA JARDIM: Estudo de caso da Governança na execução de Programas Federais pela perspectiva da Filantropia Comunitária / Natalia Freire de Moura; orientador Fátima de Souza Freire . -- Brasília, 2024.
76 p.

Monografia (Especialização - Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no Setor Público) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Projeto Técnico Social. 2. Programa Minha Casa Minha Vida. 3. Governança. 4. Habitação de Interesse Social. 5. Filantropia Comunitária. I. , Fátima de Souza Freire, orient. II. Título.

NATALIA FREIRE DE MOURA

**TS VILA JARDIM: Estudo de caso da Governança na execução
de Programas Federais pela perspectiva da Filantropia
Comunitária**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no Setor Público da Universidade de Brasília da aluna

NATALIA FREIRE DE MOURA

Natalia Freire de Moura
Prof.^a Dr.^a Fátima de Souza Freire

Prof.^o Dr.^o Lucas Oliveira Gomes Ferreira
Professor-Examinador

Brasília, 18 de julho de 2024

Aos rebentos que têm meu afeto e sou mãe, às gerações plurais, aos meus pais, ao meu companheiro, às minhas irmãs, à parentela Freire e Moura, aos amigos e amigas, a todos meus ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Jesus e meu Guia espiritual Mestre Gabriel e a virgem Maria – Mãe Santíssima pela luz, força e guarnição.

Agradeço a graça da vida, pois ela permite o pensar, o movimento, a interação, a aprendizagem, o progresso, o desenvolvimento individual e coletivo.

Agradeço os meus pais, Antônio e Rosa Maria que vibram por mim e por toda família, nos dando o apoio necessário, principalmente o afetivo e o bem querer.

Agradeço minha segunda mãe, tia Memem, que traz paz, alegria, e o cuidado com a gente.

Agradeço ao Igor, que me fez café, fica feliz por eu me pós graduar e por me auxiliar na formatação no Word.

Agradeço meus filhos Iobatan, Ana Terra e Glória Tereza por serem esse amor de candura que são.

Agradeço minha gata Lady Laura, por ficar ao meu lado em algumas horas de estudos e a minha Alce Amora, por ficar próxima aos meus pés, confortando, esquentando enquanto eu pesquisava.

Agradeço os monitores desta turma, principalmente ao Givaldo, que busca nos incentivar e dar o máximo de apoio.

Agradeço os colegas que sempre foram proativos e solidários na partilha de informações e auxílio.

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Fátima de Souza Freire que na luz de seu ofício, mesmo estando bem atribulada, me orientou com prontidão e generosidade.

Agradeço a CAPES por proporcionar fomento e apoio de peso à pesquisa científica no Brasil.

Reparando-se bem a casa é um sacramento denso e fontal. A partir dela a cidade começa a se tornar também sacramental. A região toda onde está a cidade. O Estado onde está a região. A pátria onde está o Estado. O Continente onde está a pátria. Por fim, para o astronauta na lua, a terra onde está o continente: ela também é sacramental. Por isso podia o astronauta Erwin ponderar: “A lua é linda; o céu, profundo e maravilhoso. Mas somente na terra o homem pode morar. Como não era aconchegante aquele planeta verde lá em baixo... Lá há alguém que pensa em mim, me olha e me espera.” [...] É que a casa está lá, sacramento familiar. (Leonardo Boff, 1975.)

RESUMO

Este estudo de caso mostra que efetividade, ou seja, impacto das ações, não acontece em decorrência da eficácia - o cumprimento de metas, e tão pouco da eficiência – dos procedimentos e transparência. A Governança na execução de Programa Social se apresenta como complexa, sendo necessário um apanhado de dados quantitativos, estatísticos e qualitativos para verificar possíveis falhas, possíveis acertos e possíveis soluções. Através do método Quali- Quantitativa, este estudo apreende-se do Trabalho Social do Residencial Vila Jardim - situado no bairro Cidade Satélite, município de Boa Vista (RR), entregue no ano de 2015, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)/Faixa 1. A Caixa Econômica Federal apresentou ter desempenhado papel central como agente financeiro, implementando o Trabalho Social ao desenvolvimento local sustentável. No item 2.1, são apresentados dados e procedimentos do PTS e do PDST Vila Jardim, levantando questões para novas investigações científicas. É verificada densificação de bairro, orçamento superestimado, ausência de participação comunitária em partes preponderantes do projeto, ausência de cruzamento de informações entre órgãos governamentais e empresa pública – prejudicando em específico a política de preservação ao patrimônio arqueológico e imaterial. O alto número de UHs abandonadas e vazias se apresenta como um dado importante da não efetividade da Política Pública. Ao passo que o PMCMV se mostrou eficiente no estímulo a estruturação de equipamentos públicos, em específico na área da educação. A abordagem da filantropia comunitária se apresenta como promissora, destacando a importância de envolver a comunidade local no planejamento e execução das políticas públicas.

Palavras-chave: Projeto Técnico Social, Projeto de Desenvolvimento Socio Territorial, Habitação Social, Desenvolvimento Comunitário, Programa Minha Casa Minha Vida, Filantropia Comunitária

ABSTRACT

This case study shows that effectiveness, that is, the impact of actions, does not occur as a result of efficacy - the achievement of goals, nor of efficiency - of procedures and transparency. Governance in the execution of a Social Program is complex, requiring a collection of quantitative, statistical and qualitative data to verify possible failures, possible successes and possible solutions. Through the qualitative-quantitative method, this study is based on the Social Work of Residencial Vila Jardim - located in the Cidade Satélite neighborhood, municipality of Boa Vista (RR), delivered in 2015, by the Minha Casa Minha Vida Program, modality Residential Lease Fund (FAR)/Band 1. Caixa Econômica Federal has played a central role as a financial agent, implementing Social Work for sustainable local development. In item 2.1, data and procedures of the PTS and PDST Vila Jardim are presented, raising questions for new scientific investigations. There is evidence of densification of neighborhoods, an overestimated budget, a lack of community participation in key parts of the project, and a lack of cross-referencing of information between government agencies and public companies – which specifically harms the policy of preserving archaeological and intangible heritage. The high number of abandoned and empty UHs is an important indicator of the ineffectiveness of the Public Policy. On the other hand, the PMCMV has proven to be efficient in stimulating the structuring of public facilities, specifically in the area of education. The community philanthropy approach appears to be promising, highlighting the importance of involving the local community in the planning and implementation of public policies.

Keywords: Social Technical Projects, Territorial Socio-Development Project, Social Housing, Community Development, Minha Casa Minha Vida Program, Community Philanthropy

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percepção dos Riscos Globais de 2022 – 2023	4
Tabela 2 – Condição da Habitação por Região:	7

LISTA DE GRÁFICOS

Tabela 2: Condição da Habitação por Região no Brasil.....	07
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CEF – Caixa Econômica Federal
CAO – Comissão de Acompanhamento de Obras
CGU – Controladoria Geral da União
CRE – Comissão de Representantes do Empreendimento
D.O.U. – Diário Oficial da União
FAR- Fundo de Arrendamento Residencial
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS – Fundo Garantia do Tempo de Serviço
FRGPS - Fundo do Regime Geral de Previdência Social -
GAAE – Grupo de análise e Acompanhamento de Empreendimentos
GIPP – Grupo Institucional do Poder Público
GFAR – Gestor FAR
HIS – Habitação de Interesse Social
MCID – Ministério das Cidade
PDST – Plano de Desenvolvimento Socio territorial
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PnadC - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua
PTS – Projeto de Trabalho Social
PTS – P – Projeto de Trabalho Social Preliminar
QCI – quadro de Composição do Investimento
RDD – Relatório de diagnóstico de Demanda
TCU – Tribunal de Contas da União
TS – Trabalho Social
VE – Valor do empreendimento
VI – Valor do Investimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Formulação do problema.....	3
1.2	Objetivo Geral.....	8
1.3	Objetivos Específicos	8
1.4	Justificativa.....	9
2	REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1	Governança na Execução de Programas Federais	17
2.1.1	Mapeamento e descrição dos arranjos institucionais.	18
2.1.2	Das Etapas de Contratação	19
2.1.3	Famílias cadastradas e escolha de beneficiários.....	20
2.1.4	Densificação do povoado	22
2.1.5	Projeto Técnico Social (PTS) e Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial (PDST).....	22
2.1.6	Equipamento Público.....	25
2.1.7	Equipamento de educação no bairro Cidade Satélite e Educação	26
2.1.8	Do patrimônio arqueológico e cultural material e imaterial	29
2.1.9	Atividades Previstas no PTS e PDST.....	31
2.1.10	Composição de Custos	31
2.1.11	Efetividade na Ocupação	33
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	35
3.1	Caracterização da organização, setor ou área <i>locus</i> do estudo.....	37
3.2	População e amostra ou Participantes da pesquisa	37
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	41
	REFERÊNCIA	42
	ANEXOS.....	44
	<i>Anexo A – Sítio Arqueológico – SICG IPHAN</i>	44
	<i>Anexo B – Protocola Fala BR</i>	45
6	APENDICE	45

1 INTRODUÇÃO

Aos anos de 2015 foi entregue aproximadamente à 12.000 pessoas, o Residencial VILA JARDIM, composto por 12 condomínios, 187 edifícios e total de 2.992 apartamentos, localizado no Bairro Cidade Satélite, município de Boa Vista (RR). Trata-se de um empreendimento realizado pelo Programa de Política Pública Federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV), modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)¹/Faixa 1.

O PMCMV tem como principal parâmetro de suas ações o déficit habitacional, por meio de incremento no estoque de moradia. Do déficit quantitativo tem a demanda não suprida por moradias, e por déficit qualitativo à inadequação das moradias, que envolve privações relativas (SEN, 1990), afetando a cidadania, dignidade, qualidade de vida dos moradores diante de especificidades internas e externas dos domicílios, tais: ausência e ou precária infraestrutura urbana, inexistência de banheiro exclusivo, falta de serviços públicos nas proximidades, deficiências na cobertura da moradia, fatos que envolvem o problema de regularização fundiária urbana e adensamento excessivo de pessoas em domicílios próprios. (Ciclo CMAP, 2020)

No ano de 2009, com base nos marcos legais que regem a política de habitação nacional, foi criado pela Lei 11.977, o Programa Minha Casa Minha Vida, afim de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos, produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), alterado pelo governo Lula em 2023 pela Lei 14.620, prevendo em seu art.1º.: promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural, à sustentabilidade, à redução de vulnerabilidades e à prevenção de riscos de desastres, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade, de segurança socioambiental e de qualidade de vida da população, conforme determinam os Arts. 3º e 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Desde a criação do PMCMV, no período de uma década, entre os anos de 2009 e 2019, 6 milhões de unidades habitacionais (UHs) foram contratadas, através de um investimento

¹ modalidade operacional PMCMV-FAR: operações custeadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR para a contratação de unidades habitacionais urbanas, cujos proponentes sejam empresas privadas da construção civil.

financeiro acerca de R\$ 223,1 bilhões de reais, que abrange subsídios públicos (benefícios financeiros e tributários) e privados (financiamentos por FGTS com descontos).

Junto com processo de democratização do sistema político do país, a Caixa Econômica Federal (CEF) assumiu em 1986, protagonismo como principal agente financeiro do Brasil ao desenvolvimento urbano. Em 1996, a instituição financeira concebeu e implementou o Programa Caixa do Município, com estratégia de parcerias para o desenvolvimento local, a levantar demandas e potencialidades das urbes, incluindo, proposta de agenda de desenvolvimento local sustentável, abrangendo áreas de: habitação, saneamento, infraestrutura, saúde, educação e mobilização social.

No livro "O Direito à Cidade", Henri Lefebvre (2001) discute a importância da vida urbana como uma condição para o humanismo e uma democracia renovada. Lefebvre relaciona a urbanização com a industrialização e o capitalismo, propondo que o tecido urbano não se limita à sua morfologia, mas é o suporte de um "modo de viver" que integra sistemas de objetos (como água, eletricidade e gás) e sistemas de valores (como lazeres, costumes e segurança).

Pensar a cidade e o urbanismo envolve elaborar e aplicar políticas públicas de habitação que garantam o direito à cidade e à moradia digna, fundamentais para a liberdade, democracia e dignidade dos seres humanos. A governança, definida como a capacidade dos sistemas políticos e administrativos de resolver problemas públicos de forma efetiva, exige novas interpretações sobre o papel do Estado na produção de políticas públicas (PETERS, 2012; PIRES e GOMIDE, 2016). Para ser efetiva, a governança pública deve contar com um Estado de Direito, uma sociedade civil participativa, uma burocracia ética, políticas planejadas e um executivo responsável por suas ações (Banco Mundial, 2007).

Originalmente o termo Governança se refere a capacidade dos sistemas políticos e administrativos agirem efetiva e decisivamente para resolver problemas públicos (PETERS, 2012). Para Pires e Gomide (2016) as transformações do Estado exigem novas interpretações sobre as implicações para sua capacidade de produzir políticas públicas. O Banco Mundial (2007), indica que para a Governança ser efetiva no âmbito do setor público, pressupõe a existência de um Estado de Direito, de uma sociedade civil participativa quanto assuntos públicos, de uma burocracia imbuída de ética profissional, de políticas planejadas e de um braço executivo que se responsabilize sobre suas ações - relaciona como princípios da boa governança a legitimidade, a equidade, a responsabilidade, a eficiência, a probidade, a transparência e a accountability. Conforme Relatório (TCU, 2017) das políticas e programas de governo, infere que a baixa capacidade de planejamento e de coordenação das diversas políticas públicas tem

levado ao aumento do risco de desperdício de recursos, do comprometimento dos resultados e da baixa qualidade dos serviços para a população. (CNM, 2018)

Aqui neste exame, da Governança na execução de Programas Federais, no âmbito social do PMCMV -FAR, Faixa 1, segue as etapas conforme método aperfeiçoado por Pires e Gomide (2016); 1 - mapear os indicadores que nortearam a implementação da política, plano ou ação; 2 - identificar os atores envolvidos, 3) ter definido as organizações e os recursos (humanos, financeiros, tecnológicos) envolvidos; 4) Ter os parâmetros legais e administrativos dos quais eles interagem; 5) avaliar os arranjos a partir das capacidades que eles geram, considerando tanto a dimensão técnico-administrativa quanto a político-relacional. E por fim, observar o desempenho ou resultados da política, levando em consideração dois aspectos: produtos ou entregas (do percentual de metas alcançadas) e inovação (introdução de alterações e melhorias no âmbito da política, seus objetivos ou processos de gestão, conforme apontados nos estudos utilizados como fonte de informações). (CNM, 2018)

Em uma perspectiva conceitual da “Filantropia Comunitária” (DOAN, AGOSTO, 2019), que explora o conceito como uma forma e uma força para o desenvolvimento de recursos e talentos, capacidades e confiança locais. Atua no sentido de transferir poder para mais perto da base, para que a população local tenha maior controle de seu próprio destino, portanto, que sejam actantes conscientes. Nesta perspectiva, esta perquirição parte também, do seguinte questionamento: É possível uma política pública federal da abrangência como o PMCMV ser aplicada de “baixo para cima” imbuída de Filantropia comunitária?

1.1 Formulação do problema

O Fórum Econômico Mundial, ocorrido em Genebra, Suíça, no ano de 2023, utilizou dos pontos de vista de mais de 1.200 especialistas, formuladores de políticas e líderes do setor industrial e produziu um Relatório de Riscos Globais, dos quais, entre os dez apontados aos próximos dois anos, ao menos a metade (cinco); sendo dois relativos à dimensão social e três relacionados com a dimensão ambiental, afetam a habitação. São estes: Crise de Custo de Vida; desastres naturais e eventos climáticos extremos; erosão de coesão social e polarização; Incidentes de dano ambiental em larga escala; e migração involuntária em larga escala. Neste mesmo Fórum, por meio do Relatório (2023) foram convocados os líderes a agir de maneira coletiva e decisiva, equilibrando os pontos de vista de curto e de longo prazo, com recomendação de esforços conjuntos entre os países, assim como uma cooperação público-

privada para fortalecer a estabilidade financeira, a governança tecnológica, o desenvolvimento econômico e o investimento em pesquisa, ciência, educação e saúde. (MUNDIAL, 2023).

1	Crise de Custo de Vida
2	Desastre naturais e eventos climáticos extremos
3	Erosão de coesão Social e polarização
4	Incidentes de dano ambiental em larga escala
5	Migração involuntária em larga escala

■ Sociais ■ Ambientais

Tabela 1. Produzido pelo autor. Fonte: Pesquisa de Percepção dos Riscos Globais de 2022 – 2023 do Fórum Econômico Mundial

O Brasil que se mantém na posição de 9ª economia do mundo, ao mesmo tempo, considerado na baixa posição - 73ª, no ranking de qualidade de infraestrutura, pelo Fórum Econômico Mundial (Dopazo, p. 6, 2020). Enfrenta muitos desafios à execução de Programas e projetos públicos, que segundo estudo do CNI (2018), citado por Dopazo (2020, p. 09), o país possui uma governança mal estruturada, de institucionalidade inconsistente, responsável por onerar o custo dos projetos e alongar sua implantação.

O Programa de Política Pública Minha Casa Minha Vida, tem abrangência nacional, de caráter multisetorial, multidimensional, com participação público, privado e terceiro setor, de áreas que vai desde geologia, arqueologia, biologia, antropologia, engenharias, arquitetura, sociologia, educação, assistência social, contabilidade, além da comunidade atendida. A considerar todos nas várias etapas, desde estudos de impactos, diagnósticos territoriais, licenciamento, desenvolvimento de projetos de edificação, infra estrutura, projeto de desenvolvimento socio territorial, projeto técnico social, entre outros, abarca atores com pontos de vistas diferentes, muitas vezes divergentes, com distintos interesses. Isso implica a necessidade de ter objetos e objetivos bem definidos, constante aplicação de tecnologias apropriadas, monitoramento sistemático, utilização de métodos apropriados, franca atenção em todas as fases, com metodologia de ponta de escuta e sistematização das informações absorvidas na escuta, e capacidade junto a flexibilidade para atender a dinâmica viva peculiar ao tema habitação.

Segundo Carvalho et al (2015), a primeira década do PMCMV (2009-2019) fornece um bom parâmetro quanto aos resultados obtidos, que em muitos casos, como o que foi estudado na

pesquisa em referência, indicaram que praticamente todas as condições de acesso e infraestrutura foram consideradas piores do que aquelas vivenciadas anteriormente pelos entrevistados. Apresentado a situação que consideram mais grave, como no caso do acesso ao transporte coletivo, aos locais de trabalho e aos equipamentos de saúde, educação e lazer. O calcamento das ruas internas, os serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário e Correio foram os únicos bem avaliados, equiparando-se aos serviços prestados nos bairros de origem. Considerado que a precariedade das vias principais de acesso ao conjunto e a falta de equipamentos comunitários no entorno do empreendimento indicam que o provimento da HIS pelo poder público, limitou-se a provisão da unidade habitacional, sem elaboração e execução de uma política urbana elaborada, planejada em todas as dimensões correlacionadas.

Segundo levantamento referente habitação e moradia (UN Habitat, 2022), 1,8 bilhões de pessoas em todo o mundo vivem em habitações inadequadas, superlotação, até mesmo com falta de moradia e enfrentamento de precariedade habitacional: com a marca de 3 bilhões de pessoas sem instalações básicas para lavar as mãos (UNICEFWHO), 55% da população mundial (4 bilhões de pessoas) sem qualquer tipo de proteção social (OIT, 2023). E com fluxo migratório em crescimento constante, hoje com 2 milhões de pessoas sendo despejados, ou ameaçados de despejo.

Até 2030, a ONU-Habitat (2024) estima que 3 bilhões de pessoas, cerca de 40% da população mundial, precisarão de acesso a moradia adequada. Isso se traduz em uma demanda por 96 mil novas unidades habitacionais acessíveis por dia. Além disso, estima-se que 100 milhões de pessoas em todo o mundo estarão desabrigadas, portanto, uma em cada quatro pessoas viverão em condições prejudiciais à sua saúde, segurança e prosperidade.

No Brasil o déficit habitacional está em 6.215.613 (seis milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e treze) pessoas, registrado aumento na maioria das unidades federativas, entre os anos de 2019 e 2022, com exceção da região Nordeste, especificamente com queda nos estados do Maranhão e Ceará (Habitação – Brasil, 2022, p. 72). Em linhas gerais, ônus excessivo com o aluguel urbano é a situação proeminente para o número de déficit habitacional no Brasil hoje, observado existência de especificidades distintas entre regiões. Ele é responsável por mais da metade do déficit habitacional nacional (52,2%) e é o contribuinte principal do déficit no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. No Nordeste é o segundo maior, atrás da condição de habitação precária; no Norte, é o terceiro, com menor peso entre os três componentes. Uma parcela considerável (na casa dos 50%) do ônus está concentrado na região Sudeste, especificamente São Paulo, com 28,6% do ônus no Brasil. Em seguida encontra-se Rio de

Janeiro e Minas Gerais com 9,9% e 9,6% respectivamente. Em termos absolutos, Amapá, Acre e Roraima são os estados com menor número. (Habitação – Brasil, 2022, p. 50).

Quanto ao problema habitação precária, é feita classificação em dois subcomponentes: domicílios improvisados – “(...) nestes domicílios, geralmente não é possível distinguir cômodos ou individualizar os espaços. Normalmente, não têm acesso a serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ou coleta de lixo, configurando uma situação de extrema vulnerabilidade (...) (BRASIL, 2022, p. 47). E domicílios rústicos - construídos a partir de materiais precários que predominam na construção das paredes externas do domicílio, especialmente taipa sem revestimento, madeira aproveitada e outros materiais precários (Habitação – Brasil, 2022, p. 40). A questão de coabitação é dividida entre os subcomponentes de cômodo e unidades domésticas conviventes, ambos obtidos pela PnadC.

O primeiro diz respeito aos domicílios particulares com um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço ou cabeça-de-porco. O segundo subcomponente é calculado identificando domicílios onde há presença de ao menos um núcleo domiciliar secundário e onde também ocorra adensamento de mais de dois moradores por dormitório. A soma de ambos os subcomponentes resulta no total do indicador de coabitação. (Habitação – Brasil, 2022, p. 44). O ônus excessivo com o aluguel urbano ocorre em domicílios urbanos com até três salários-mínimos de renda domiciliar, no qual o gasto com aluguel supera 30% da sua renda, o que pode culminar em dificuldades financeiras, perda de bem-estar e instabilidade habitacional devido à maior propensão de despejo. (Habitação – Brasil, 2022, p. 50). Relativo a moradores de rua, embora apresente menor peso no indicador geral de déficit habitacional para o Brasil (20,8%), representa (em números baixos, devido dificuldade de acesso aos sujeitos e ausência de um endereço fixo), 236.400 pessoas em situação de rua, cadastradas no CadÚnico, com base em dados de dezembro de 2022. (Habitação – Brasil, 2022, p. 12)

No Gráfico e na Tabela 2, consta em números o déficit habitacional conforme o fato relacional, como: ônus excessivo com aluguel urbano; habitação precária, coabitação e o número total absoluto de déficit habitacional, por Região do país.

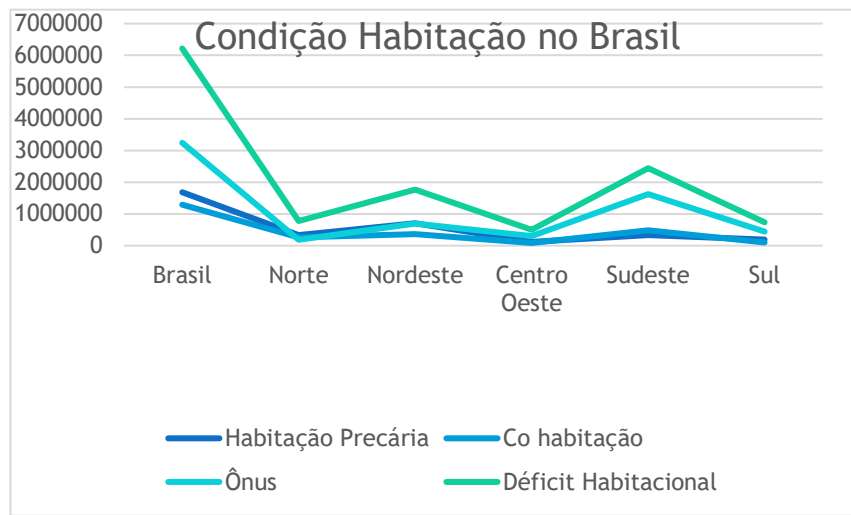


Gráfico 1. Tabela 2: Condição da Habitação por Região no Brasil. Fonte: Habitação – Brasil – 2022. Produzido pela autora

Condição Habitação	Brasil	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul
Habitação Precária	1682654	331262	703256	117860	336911	193364
Co habitação	1289879	257402	366454	83909	484332	97782
Ônus	3242780	184665	691322	297915	1622398	446481
Déficit Habitacional	6215613	773329	1761032	499685	2443642	737626

Tabela 2: Condição da Habitação por Região. Feito pela autora.

Segundo levantamento da pesquisa de Muianga, E. A. D.; Kowaltowski, D. C. C. K. (2014), quanto a estudos específicos sobre Habitação Social (HAS), no período de 2000 a março de 2022, foram identificados 935 documentos de estudos na primeira busca. Após a aplicação do protocolo SLR, a amostra incluiu 122 estudos abrangendo artigos publicados entre 2006 e 2021. Outro ponto avaliado pelo levantamento, é quanto os agrupamentos de estudos sobre HAS. A análise identificou cinco tópicos delineados nos estudos:

- a) Acessibilidade urbana;
- b) Utilização dos recursos;
- c) Políticas públicas e programas de SS;
- (d) Avaliação pós-ocupação (POE); e
- (e) Financiamento de SH brasileiro.

Na data de 13 de julho de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a nova lei do Programa Minha Casa Minha Vida, com ampliação de acesso as faixas de renda, redução de taxas, e nova subvenção para aquisição de imóveis, com abrangência à população de rua, com aumento de 1,5 m² no tamanho do imóvel, inserção de varandas, previsto biblioteca e sala para prática esportiva por conjunto. (Agência Brasil, 2023). O valor anunciado ao investimento é de 11,2 bilhões de reais, segundo publicado no G1 (10/04/2024).

Diante da relevância que confere a questão de habitação, o alto investimento de recursos monetários e humanos no PMCMV, e pautado nos diversos problemas levantados em

estudos anteriores referentes ao Programa. Neste momento, antes de dar início a execução da nova fase do Minha Casa Minha Vida, busca-se avaliar a efetividade dos Projetos Técnicos Sociais e Projetos de Desenvolvimento Socio territorial, quanto a governança da execução da política federal, a entender se a forma de execução “De cima para baixo” – contrário a Filantropia Comunitária, que nasceu imbuída pela participação efetiva da comunidade beneficiada (desde o pensar, co apoiar financeiramente, ou dar suporte por meio de sua produção, de seu capital cultural, de saberes e técnicas, tendo um diálogo e participação efetiva da sociedade civil), seja possível ser efetiva, ter eficácia e ser eficiente .

1.2 Objetivo Geral

Verificar a Governança na Execução de Programas Federais, em específico do PMCMV/FAR – Faixa I, através de pesquisa do Projeto Técnico Social (PTS) e Projeto de Desenvolvimento Socio Territorial (PDST), do Residencial Vila Jardim (Cidade Satélite, Boa Vista, RR), com análise da lógica dos procedimentos e aplicação da política de “cima para baixo” – a avaliar os resultados das ações implantadas, quanto aos benefícios trazidos pelas ações/atividades, a considerar, inclusive, o impacto de tais ações.

1.3 Objetivos Específicos

- Organizar as informações principais dos dispositivos legais que norteiam a existência e operação do Programa de Política Pública Federal Minha Casa Minha Vida;
- Estudar os dados absolutos e variáveis que estimulam a dotação orçamentária e meta do PMCMV;
- Elencar os pontos principais que envolve o desenvolvimento do Projeto Técnico Social no PMCMV;
- Fazer leitura detalhada dos dados do diagnóstico territorial da Cidade Satélite, no município de Boa Vista (RR);

- Organizar em um quadro, os atores envolvidos e suas respectivas atribuições no processo de elaboração, execução até a conclusão do empreendimento, incluindo o PTS e PDST;
- Verificar se o PTS Vila Jardim teve sua Governança em conformidade com que se preceitua no campo teórico, normativo e ético;
- Fazer levantamento das Metas do PTS e PDST do Residencial Vila Jardim;
- Realizar leitura dos Relatórios Técnicos e confrontar com as metas do PTS e PDST atingidas;
- Examinar o orçamento físico financeiro e cronograma físico financeiro do PTS Vila Jardim;
- Analisar o processo de licitação, contratação, liberação de recurso e liquidação das rubricas realizada ao PTS Vila Jardim;
- Recorrer as referências conceituais abordadas na pesquisa para o estudo de dados levantados.
- Verificar o processo legal e operacional
- Fazer leitura de estudos do conceito Filantropia comunitária
- Confrontar o ponto chave da Filantropia Comunitária de “baixo para cima” com a forma adotada pelo Estado em aplicar as políticas públicas, no caso PMCMV, de forma de “cima para baixo”

1.4 Justificativa

“O mundo, assim, concebido, é algo que temos de modificar com nossas ações ou que sucessões de agir social, e é somente neste agir que se forma a identidade pessoal do indivíduo. Vivências puramente subjetivas são o fundamento da constituição de sentido: estratos mais simples de sentido podem surgir na experiência subjetiva de uma pessoa. Mas estratos superiores de sentido e uma estrutura mais complexa de sentido pressupõem uma objetivação do sentido subjetivo no agir social”. (Berger & Luckmann, 2012, p. 17-18)

Em uma perspectiva sociológica, ao capturarmos que o Ser humano, de formação pós-uterina, necessita ser cuidado, alimentado, no mínimo um ano por outro alguém - se em

condições “perfeitas”, para sua sobrevivência. Em etapa ulterior, aprende a andar, ter controle nas mãos, controle na boca, a conectar o polegar opositor no indicador, assimilar, processar, codificar informações, gerar referências. Ao criar capacidade de movimento, ir e vir, escolher para onde ir, o que comer, aonde chegar, sem obrigatoriamente ter que ficar “enraizado” em algum lugar, com franca capacidade de se adaptar em diferentes biomas, variadas altitudes, distintas temperaturas, a conviver nas diversas paisagens. Conforme afirma Gehlen (1993): o ser humano nasce “antes do tempo”, é biologicamente um prematuro, pois vem ao mundo sem um equipamento biológico-instintivo como os outros animais. Esse equipamento, vital para sua sobrevivência como indivíduo e espécie, lhe é repassado ou ensinado pela cultura, pelos longos anos de socialização e aprendido junto à família e ao grupo humano a que pertence. O humano não está preso biologicamente a nenhum ecossistema, mas pode se adaptar a todos eles. Diferente dos outros animais, o humano nasce com uma abertura para o mundo, uma não-fixação instintiva ou não-especialização biológica que lhe permite desenvolver social e culturalmente seu próprio aparato de sobrevivência em qualquer ecossistema. (ALMEIDA, 2016)

Com isso, podemos entender que também a condição social, financeira e econômica dos sujeitos não é fixa por natureza, mas sim, gerado e retroalimentado por forças externas. Em um olhar organizacional do Estado, destas forças, podemos pressupor que seja de ausências dialógicas entre poderes, instituições, representações civis; de uma cultura de política pública engendrada no não planejamento, da falta de compromisso, desestruturada, de ausência de ética, pouca técnica, baixo profissionalismo e, por que não? Da “profana” mais valia.

O PMCMV está retomando novos contratos, com metas que buscam transformações geracionais persistentes. A considerar que houve falhas na edição passada do PMCMV. Este trabalho visa contribuir ao programa neste momento que finaliza a elaboração da nova portaria que dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, a substituir a de nº 464 de 2018, e que se retoma novamente ações ao Programa habitacional.

O acesso à habitação permite uma condição ao emprego, à educação, à saúde e aos serviços sociais. Para enfrentar os atuais desafios habitacionais, governos de todas as esferas, setor científico acadêmico, terceiro setor e sociedade civil, necessitam trabalhar de forma solidária, como recomendado pelo Fórum Econômico Mundial. E pautar a habitação no centro das políticas urbanas, no qual os direitos humanos é um fato preponderante ao desenvolvimento urbano sustentável.

Moradia adequada facilita à promoção da base para o pertencimento e o bem-estar dos sujeitos, permitindo-lhes desenvolver-se, qualificar-se, crescer, viver, prosperar. Fornece

Segurança, a inibir riscos. Promover políticas públicas de Habitação; que esteja atualizada e em conformidade com questões e leis ambientais e culturais, auxilia na construção da resiliência de comunidades e cidades às mudanças climáticas. Pertencer a um lugar, um endereço, permite construir referências, possibilita o convívio social, a democratização da educação e da cultura.

O Projeto de Trabalho Social (PTS) junto ao Projeto de Desenvolvimento Socio Territorial (PDST) executado pela CEF e parceiros, no Residencial Vila Jardim, teve investimento de R\$2.782.528,48 (Dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos), percentual de aporte aproximado (1,5%) conforme previsto dentro do Anexo III Portaria nº 464 – 2018, alínea “b”, item 4.1 - 2% (dois por cento) do valor da operação (valor aportado pelo fundo) para empreendimentos multifamiliares (regime de propriedade condominial), das Condições Operacionais para o Trabalho Social no Programa Minha Casa, Minha Vida, modalidade operada com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV-FAR)²;

Será verificado as ações implantadas, quanto aos benefícios trazidos pelas ações/atividades, avaliando, o impacto de tais ações. a trabalhar pelo objetivo principal: participação social; melhoria das condições de vida através da promoção à cidadania; efetivação dos direitos sociais dos beneficiários do Residencial Vila Jardim e a sustentabilidade do empreendimento. Além dos objetivos específicos que iam desde fomentar processos de liderança comunitária; estimular o desenvolvimento de cidadania e laços sociais comunitários; sensibilizar os beneficiários para as temáticas de educação ambiental e patrimonial, até o desenvolvimento de habilidades pessoais e geração de renda. Cabe destacar que Trabalho Social (TS) é um componente técnico e científico estratégico nas intervenções urbanas, reconhecida principalmente, com advento da implementação da Política Nacional de Habitação (2004).

Considera-se Trabalho Social como: (...) um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária. Esses estudos consideram também as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2018, P. 1)

² Portaria nº 464 de 2018 do Ministério das Cidades está passando por revisão e reelaboração, com previsão de publicação de nova portaria no segundo semestre de 2024 – a nortear os novos Projetos Técnicos Sociais do PMCMV e PAC.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No estudo consubstancial, de aprimoramento metodológico de análise quanto Governança, ao mesmo tempo, de verificação das capacidades estatais, referente ao desempenho e os resultados de oito políticas públicas federais, sendo uma delas o Programa Minha Casa Minha Vida. Pires e Gomide (2016, p.25) reafirma o que Offe (2009, p.12) afirmou ser possível - pensar na existência de ‘forças auxiliares’ [e não substitutivas] na sociedade civil que, por meio dos procedimentos adequados e de suas competências específicas, podem ser recrutadas para a cooperação na realização de tarefas de interesse público [...] podendo gerar um Estado ao mesmo tempo mais leve e mais capaz”.

Quanto as capacidades, entendem que precisam ser analisadas em duas dimensões: a) técnico-administrativa, derivadas da existência e funcionamento de burocracias competentes e profissionalizadas, dotadas dos recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos para conduzir ações de governo de forma coordenada; b) político-relacional, associadas às habilidades e procedimentos de inclusão dos múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) de maneira articulada nos processos de políticas públicas, à construção de consensos mínimos e coalizões de suporte aos planos, programas e projetos governamentais. (PIRES E GOMIDE, 2016, p. 123 apud Skocpol 1985; Skocpol&Finegold 1982; Mann 1993; Evans1995; Geddes 1996). Sendo estas capacidades avaliadas por três aspectos: a) interações institucionalizadas entre atores burocráticos e agentes políticos (parlamentares de diversos partidos) (APOLI); b) existência e funcionamento de mecanismos de participação social (como conselhos e audiências públicas) (PART) e c) fiscalização de agências de controle (CONT). No estudo pelo método aplicado, foi constatado que o PMCMV teve a capacidade técnico-administrativa classificada como Alta (ou 2), por ter a Governança e capacidades estatais. (PIRES e GOMIDE, 2016, p.130)

No caso do PMCMV, conforme resultado da pesquisa de (Pires e Gomide, 2016) teve destaque, a coordenação das burocracias governamentais, de forma que seus arranjos institucionais envolveram diferentes organizações federais, ultrapassando desafios na articulação das burocracias federais, estaduais e municipais. Assumido pela Caixa Econômica Federal o desempenho de papel elementar, com mediação que fez integrar a formulação de planos no nível federal, com sua execução no nível local. Ao controlar o acesso ao financiamento habitacional e os depósitos de transferência condicionada de renda. Por outro lado, a sociedade civil, representados pelas empresas de construção, movimentos de moradia e

profissionais de planejamento urbano, não tiveram oportunidade de influenciar a política, afetando o PMCMV com problemas de políticas habitacionais - de segregação socioespacial, especulação imobiliária e crescimento desorganizado das cidades (Pires e Gomide, 2016, p. 140 apud. Loureiro, Macário & Guerra 2013).

Quando faz busca por “Programa Minha Casa Minha Vida” na plataforma Google Acadêmico, retorna 530.000 resultados³. Cito alguns títulos: Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida (MR Loureiro, V Macário, P Guerra – 2013); O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação (R Rolnik, ALS Pereira, FA Moreira, LO Royer...2015); O que é o objeto “moradia” do Programa Minha Casa, Minha Vida? (SMLS Zaccara, J Mastrodi, 2016); O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. (CA Gonçalves Junior, RL Dutra, RL Lopes, 2014); Inserção urbana e segregação espacial: análise do programa minha casa minha vida em Fortaleza. LRB Pequeno, (SV Rosa, 2015). De maneira expressiva a maioria das pesquisas são referentes criação de periferias, segregação social, mercado imobiliário e programas sociais de habitação. Aparecem bem menos, assuntos mais específicos, como espaços para crianças em empreendimentos do PMCMV, sistema de iluminação, análise de resultados pela satisfação dos moradores, comércios nas regiões dos condomínios habitacionais. Sendo um número pequeno de pesquisas relacionadas a Eficácia Social e não foi achado nenhum estudo a partir do Projeto Técnico Social e Projeto de Desenvolvimento Socio Territorial.

Por questão de relevância com a pesquisa deste trabalho, desenvolvo a leitura da investigação realizada por acadêmicos da área de administração de empresas, cientistas da informação e uma psicóloga (Carvalho et al, 2015) que partiu da seguinte pergunta: O Programa “Minha Casa, Minha Vida”, executado por uma instituição financeira federal, pode ser caracterizado como uma inovação social e uma evolução da política pública habitacional? O estudo foi realizado à luz do conceito de inovação social, com divisão em três categorias: da Categoria de Análise I: Conceito, categorização, legislação, métricas e resultados do PMCMV – que teve na percepção de atores entrevistados, que o programa se enquadra como uma política distributiva e majoritária, quanto à fase que se encontrava (2015), situado o PMCMV no estágio do processo evolutivo entre as fases de implementação (fase em que rotinas são convertidas em ações gerando resultados) e avaliação (fase em que o desempenho da política pública é examinado com o intuito de conhecer melhor o nível de redução do problema que a gerou); da

³ A busca no Google acadêmico foi realizada no mês de julho de 2024.

Categoria de análise II: modelo de negócios do PMCMV: proposta de valor, público-alvo, constelação de valor, custos e receitas – foi constatado que o PMCMV atingiu um novo mercado, em comparativos: concessão de financiamento imobiliário no Brasil (1974 a 2008) - de 238.753 contratos; Período (2009 a 2013) na “era” PMCMV, a média atingiu 1.008.720 contratos. A representação do aumento no total de financiamentos do público-alvo do PMCMV, aumentou de 25,5% (2004) para 33,8% (2013); da Categoria de Análise III: equação de lucro financeiro e equação de lucro social - O PMCMV recebeu aporte inicial de R\$ 25 bilhões, recebendo contribuição constante durante a execução, com aporte de recursos do FAR ou Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), desta forma, concluiu-se, que seria inviável a retirada dos subsídios do Estado brasileiro, uma vez que o PMCMV (até o ano de 2015) recebeu R\$ 106,38 bilhões do governo, do total de R\$ 218,48 bilhões em recursos aportados, cujas subvenções não preveem retorno (49%). A análise em resposta a questão inicial, considerou que é possível para uma instituição financeira operar um Programa de Política Social, verificado pelas características da Finanx⁴, que embora a empresa seja controlada pelo Estado Brasileiro e tenha objetivos sociais, também captura valor no campo tradicional dos negócios lucrativa e atua em um mercado bastante concorrido, ressaltado que negócios sociais são usualmente conduzidos por empresas do campo tradicional de negócios. Desta apreensão verificou -se que o PMCMV tem repercussão na vida dos beneficiários sociais, que atua de forma clara, legal, dentro dos rigores normativos e que o setor de Habitação Social se apresentava como negócio lucrativo para o Banco do governo que assume o papel como operadora.

Outro estudo de relevância é de (Bandeira e Junior, 2019), que avalia a eficiência relativa da administração municipal na implementação de políticas e programas federais, escolhido o PMCMV. Para análise da eficiência relativa dos municípios brasileiros, foram selecionadas cidades que concluíram empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (de 2012 a 2016). Em que, 6% dos municípios brasileiros foram classificados como muito bem estruturados – ou seja - possuem plano diretor atualizado e arrecadam mais de três taxas; municípios com menos de 20 mil habitantes não possuem sequer estrutura mínima; mais de 58% não têm plano diretor e arrecadam menos de três taxas, mostrando que eles não contam com escala que proporcione seu funcionamento adequado em condições mínimas. Na segunda etapa, a qualificação da eficiência relativa na execução do PMCMV, mostrou que o percentual de municípios eficientes foi maior entre os classificados com melhor estrutura pela análise de

⁴ Nome fictício na pesquisa em substituição do nome verdadeiro da empresa financeira

*cluster*⁵, configurando-se como superiores ao dobro na comparação de municípios muito bem estruturados com os pouco estruturados, o que corroborou a literatura sobre a modalidade Oferta Pública de Recursos do programa, que tem concluído que a capacidade técnica e institucional tem sido um obstáculo para melhores resultados do MCMV.

No contexto da discussão de Filantropia Comunitária, que insere como protagonista a participação e liderança comunitária, utilizado os termos que incluem ‘direcionado localmente’, ‘*bottom-up*’ e ‘desenvolvimento com um rosto humano, viam o financiamento oriundo das iniciativas de desenvolvimento e da cooperação, como um instrumento essencial para a mudança. (HODGSON, 2016, p. 10). O gerenciamento, o compartilhamento e a devolução de poder às pessoas são fatos consubstanciais de muitas organizações, e os recursos locais têm um papel preponderante nesse sentido. Ao incluir o dinheiro local e combiná-lo com recursos externos, a filantropia comunitária alcança uma dimensão estrutural da prestação de contas à todas as partes interessadas (*downward accountability*), passando as pessoas comuns a assumirem o lugar de coproprietárias e partes interessadas em seus próprios processos de desenvolvimento. (HODGSON, 2016, p. 11, apud Apresentação do GFCF e da Fundação Wilde Ganzen no International Fundraising Congress, ocorrido nos Países Baixos em outubro de 2018).

“Quando se tem a capacidade de mobilizar recursos financeiros, e de elaborar e implementar projetos, você começa a criar capital social e redes. Quando uma organização mobiliza recursos de pessoas que entendem o contexto ou conhecem a comunidade, ela fortalece a credibilidade e sua capacidade de prestar contas”. (Apresentação do GFCF e da Fundação Wilde Ganzen no International Fundraising Congress, ocorrido nos Países Baixos em outubro de 2018).

A apresentação de um novo foco, enfatizando as ações de documentar, compreender e reestruturar certos comportamentos e complexos fluxos de dinheiro, bem como reconhecendo ações individuais e coletivas na comunidade, foram importantes impulsionadores do discurso da filantropia comunitária. (Zambian Governance Foundation for Civil Society, 2018). A filantropia comunitária é uma proposição de longo prazo que entende que o processo de mudança social é lento e não linear. (HODGSON, 2016, p. 18)

Dana R.H. Doan (2015) utiliza sua base de experiência em organizações não governamentais no Vietnã, e faz leitura de conceitos acadêmicos para definir o que seria uma

⁵ É a busca de uma classificação conforme as relações naturais que a amostra apresenta, formando grupos de objetos (indivíduos, empresas, cidades ou outra unidade experimental. Fonte: [//www5.eesc.usp.br](http://www5.eesc.usp.br)

Filantropia Comunitária. Recorre aos conceitos filosóficos economicistas de Francis Fukuyama; casos de performances comunitárias, cidadania, movimentos sociais, e alguns exercícios filantrópicos no continente africano, no qual em sua apreensão, Filantropia Comunitária é algo como um servir honesto e intencional, com demonstração de uma liderança esclarecida. Esta abordagem considera o lugar, a identidade, a cultura, os interesses, e afins, aplicado igualmente aos fornecedores de recursos externos. E desta forma, líderes estão inseridos socialmente, priorizando relacionamentos, coproduzindo com os membros de sua comunidade, com foco nas causas primárias.

O Economista indiano Amartya Sen (1990), atualmente professor de Economia e Filosofia na Universidade de Harvard, desempenhou um papel importante na análise do desenvolvimento dos países, em virtude de seu trabalho no ano de 1990, em parceria com o paquistanês MahbubulHaq, na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como forma de aferir o desenvolvimento dos países, sobrepujando a perspectiva de fatores econômicos apenas, atribuindo os dados sociais como condicionantes conjuntamente. Amartya Sen, condiciona a presença viva do “desenvolvimento sustentável” na existência de liberdade constitutiva e liberdade instrumental. Tem como “liberdade instrumental”, a possibilidade do indivíduo ser cidadão, com poder de agência para realizar escolhas, próprio de capacidade em ter uma vida que desejar, não vivendo um estilo de vida imposto, como ocorre em governos autoritários. Ainda, defende Sen: que a melhor forma de governo para garantir essa liberdade é a democracia. E como “liberdade constitutiva”, refere-se ao direito ao voto e o exercício de cidadania, sem repressões, a exemplo - a liberdade de expressão.

As liberdades para Sen são os principais atributos do desenvolvimento, fazendo necessária a compreensão da notável relação empírica entre as distintas liberdades. Muitas dimensões contribuem a participação e segurança econômica - das liberdades políticas que possibilita o exercício da liberdade de expressão, e participação em eleições livres, contribui a promover segurança econômica; das oportunidades sociais, que fornecem acesso aos serviços de educação e de saúde, facilita também a participação econômica. Facilidades econômicas na forma de oportunidades de participação do comércio e na produção e que possibilitam a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. As liberdades são heterogêneas, porém agem solidariamente, fortalecendo umas às outras. Ressalta-se que aliado ao poder do exercício de autonomia do indivíduo estão as oportunidades sociais adequadas. (Sen, 1999).

Verificado os tipos de liberdades e formas de participação social, envolvendo a comunidade beneficiária, a seguir vamos examinar de forma mais detalhada os dados que envolvem o PTS e PDST do Residencial Vila Jardim;

2.1 Governança na Execução de Programas Federais

Como forma metodológica, a Governança pode ser avaliada pela verificação dos “3Es” – eficácia; relacionada as metas, efetividade; do impacto das ações, e eficiência; quanto ao processo e forma procedimental. (Sano e Montenegro, 2013, p. 39). A efetividade é a tradução do que se reflete como impacto social, sendo possível identificar os efeitos produzidos sobre uma população-alvo de um programa social. (Sano e Montenegro, 2013, p. 40, apud Sulbrandt.1993). No aspecto de aferição da eficiência de uma ação social, necessita analisar os procedimentos internos, as relações com os atores externos, e por fim comparar com a eficiência alcançada por outras organizações, gerando parâmetros de qualidade, a possibilitar, inclusive, que estas organizações se tornem *benchmarkers*. Quanto a efetividade, é possível a participação do público, proporcionando aumento do controle social, diante da possibilidade deste avaliar o desempenho organizacional, indicado por Sulbrandt (1993), como um ponto fulcral - a disponibilização das informações de forma fácil e inteligível, a inibir uma participação do público de maneira cerceada. A buscar eficácia no cumprimento das metas e a efetividade de mudanças.

No sentido de verificar os 3 Es – relacionado a Governança da Execução da Política Pública do TS do Vila Jardim pelo PMCMV, o estudo faz mapeamento e descrição dos dispositivos legais que sustentam o funcionamento da política implantada; as instituições, suas competências e atribuições. De forma detalhada (Quadro no Apêndice), é possível ter uma percepção do número de setores, colaboradores, procedimentos, trâmites, e estimativa de tempo envolvido. Apresentado também, em um segundo quadro, valores de investimento global e de recursos destinados ao Trabalho Social, a partir do tramite inicial, para contratação do empreendimento HIS.

No que se refere a custos, contingencia-se recursos a fim de atender metas fiscais, o que pode provocar orçamento sub ou superestimado, ao atendimento as estratégias de gestores públicos para o ano fiscal. Orçamentos superestimado também é utilizado e enviado do Executivo aos legisladores a se obter margem para realocação de recursos entre programas e assim, ter maior flexibilidade na execução orçamentária. Tudo isso provoca imprecisões entre

o que é planejado e o que é efetivamente executado, podendo deflagrar uma visão estratégica equivocada do orçamento. (SILVA, 2021).

O TS Vila Jardim, conforme a portaria nº 465 – 2018, teve provisionado 1,5% do orçamento global da obra para as ações sociais. O valor, pode ter sido superestimado, o que abre para o uso ineficiente do recurso. Verificado que a empresa do grupo S – SENAI, foi contratado pelo valor exato provisionado no início do empreendimento, e que a contratada utilizou exatamente o valor do recurso provisionado. No primeiro momento, a pensar em transparência e meta fiscal, pode-se apreender o cumprimento do rito legal e moral. Mas se pensarmos que o valor é um percentual pensado sem projeto detalhado específico, com estimativas generalizadas, o TS pode ter custeado rubricas desnecessárias ou distante do que seria essencial ao trabalho.

Mai adiante, referente ao aspecto de marcadores sociais, é possível ver o perfil das famílias beneficiárias do Programa, escolhidas pelo governo do estado de Roraima, para residir no Residencial Vila Jardim. Segue para o fato de densificação do bairro Cidade Satélite, e para as etapas, desafios, Trabalho Social e desenvolvimento do PTS e PDST. Do PDST, verifica-se a estrutura de equipamentos públicos no local, a necessidade de uma reestruturação e efeitos do PMCMV para reestruturação local, com atenção especial aos equipamentos de educação.

Das relações entre governos, atendimento de políticas públicas e licenças, aborda-se um breve apontamento relacionado ao patrimônio arqueológico e cultural, e como foi realizado o estudo, ou melhor, o não estudo, no caso do bairro Cidade Satélite, despertando para que se tenha uma atenção especial à questão.

Ulterior é apresentado um quadro com as atividades colocadas como metas do PTS e PDST, da execução e resultados. E por último apresenta um vestígio de dado importante a ser investigado, que mostra o número alto de não permanência de moradores nas Unidades Habitacionais. Mostrando que a eficácia ao atingimento de metas, como a entrega de todas unidades habitacionais, não origina a efetividade da política pública na população atingida.

2.1.1 Mapeamento e descrição dos arranjos institucionais.

O Programa Minha Casa minha Vida, com recursos oriundos do Fundo de Arrendamento de Moradia (FAR), opera pelos termos legais da Lei nº 10.188 de 12.02.2001, Lei nº 11.977 de 07.07.2009 e pela Lei nº 14.620 de 13 de julho de 2012, com objeto principal - suprir a necessidade de moradia da população de baixa renda, através da alienação de unidades a

famílias enquadradas no Programa. No Quadro 1 é apresentado no Apêndice as três instituições conforme suas competências e atribuições no processo da execução do PMCMV.

2.1.2 Das Etapas de Contratação

O empreendimento Vila Jardim teve seu contrato assinado, portanto, iniciado, na data de 04 de janeiro de 2013. Com orçamento global de R\$185.501.459,25 (cento e oitenta e cinco milhões, quinhentos e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos). Com aporte ao Trabalho Social, na importância de R\$2.782.528,48 (Dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos), aproximadamente 1,5% do valor Global, conforme preceitua o item 3.1.3, da PORTARIA MCIDADES Nº464/2018 - Os recursos para execução do TS, correspondem: a) 1,5% (um e meio por cento) do valor da operação (valor aportado pelo fundo), quando se tratar de empreendimentos unifamiliares; b) 2% (dois por cento) do valor da operação (valor aportado pelo fundo) para empreendimentos multifamiliares (regime de propriedade condominial). Entende-se que o Residencial Vila Jardim se refere a empreendimento multifamiliares em regime de condomínio, no entanto o valor total do TS corresponde a 1,5% do valor global do empreendimento de habitação social.

De forma diluída, percebe que o valor investido por apartamento e ainda, por pessoa, a considerar o período de execução do TS, corresponde baixo investimento a comparar com a perspectiva dos resultados tangíveis e intangíveis. O valor Global do empreendimento investido por cada apartamento (2.292 unidades) do Vila Jardim é na ordem de R\$61.999,15 (sessenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e quinze centavos). Se verificado o valor investido ao Trabalho Social (TS) de R\$2.782.528,48 (Dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos) por pessoa, a contar 12.000 (doze mil) moradores, é na ordem de R\$231,00 (duzentos e trinta e um reais) por ano. Dividido pelo tempo de execução do Projeto Social (2016-2019), o valor investido ao TS, por pessoa moradora do Vila Jardim, tem aproximadamente R\$77,00 (setenta e sete reais) anuais investidos.

No Quadro 2 consta tabela das etapas para contratação do empreendimento Vila Jardim pela Caixa Econômica Federal.

Tramite	Data de Entrada	Data de Saída
RECEBIMENTO PROPOSTA INICIAL	10/10/2012	10/10/2012
ANÁLISE PRELIMINAR ENGENHARIA	24/12/2012	24/12/2012
ANÁLISE DOCUMENTAL	26/12/2012	31/12/2012
AVALIACAO DE RISCO - EMPRESA	31/12/2012	31/12/2012
AVALIACAO LGCE - EMPRESA	31/12/2012	31/12/2012
ANÁLISE ENGENHARIA	26/12/2012	26/12/2012
ANÁLISE TECNICO-SOCIAL	26/12/2012	26/12/2012
AVALIACAO GERIC - EMPREENDIMENTO	31/12/2012	31/12/2012
ANÁLISE JURIDICA	26/12/2012	04/01/2013
CONF RESSALVA SR RORAIMA NO PA JURIDICO 004/	01/01/13	01/01/13
COMITE CRÉDITO SR	26/12/2012	04/01/2013
DOTACAO ORCAMENTARIA	04/01/2013	04/01/2013
PERSPECTIVA DE CONCLUSAO DAS ANÁLISES	01/01/2013	04/01/2013
PREVISAO PARA CONTRATACAO	04/01/2013	04/01/2013
RECOLHIMENTO DE TARIFAS	26/12/2012	04/01/2013
CONTRATACAO	04/01/2013	04/01/2013

Quadro 1: LISTA DE TRAMITACOES CT: 0396201-97. Fonte: Relatório nº003 PDST- CEF

2.1.3 Famílias cadastradas e escolha de beneficiários

O Governo de Roraima, através da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA, responsável por operacionalizar o CADÚnico na região, cuja base de dados

continha mais de 24.000 (vinte e quatro mil) inscritos para o Programa de Habitação entre os anos de 2009 e 2010. Para o PTTS desenvolvido ao Residencial Vila Jardim, considerou o número de 3.900 famílias deste, sendo 1.974 beneficiários do Programa Bolsa Família, ou seja, 50,6% e 2.267 beneficiários de Programa de Crédito Estadual, portanto, 58,1%. Das famílias inscritas, majoritariamente são representadas pelo gênero feminino – 3.849 (três mil oitocentos e quarenta e nove), diante do gênero masculino – 51 (cinquenta e um), em decorrência do critério adotado pelo governo estadual, de priorizar famílias chefiadas por mulheres. Referente ao estado civil, 3.577 (três mil, quinhentos e setenta e sete) solteiras, 185 (cento e oitenta e cinco) divorciadas, 107 (cento e sete) viúvas, 23 (vinte e três) casados e 08 (oito) em União Estável, não colocado nos dados se os solteiros não declaravam seus parceiros ou se encontravam-se em outras situações. Quanto ao marcador “deficiência”, 3826 não eram portadores de qualquer deficiência, diante de 74 que declaram ter algum tipo de deficiência. Da moradia, principal marcador do PMCMV (déficit de habitação), 65,2% das famílias consideradas ao PTTS, moravam em residência cedida ou emprestada e 39,8% em residência alugada. O número de idosos representou um número baixo, de 114, aproximadamente 2,9%. Quanto a dependentes, 1490 apresentam ter de um a dois; 1.914 de três a quatro; e 496 acima de cinco. (PTTS Residencial Vila Jardim, 2014).

Quanto a renda das famílias, 88,2% recebem menos que um salário-mínimo, 4,8% são desprovidas de renda, 6,94% ganham até dois salários-mínimos, e 0,025 ganha acima de dois salários-mínimos, conforme gráfico 1. (PTTS Residencial Vila Jardim, 2014)

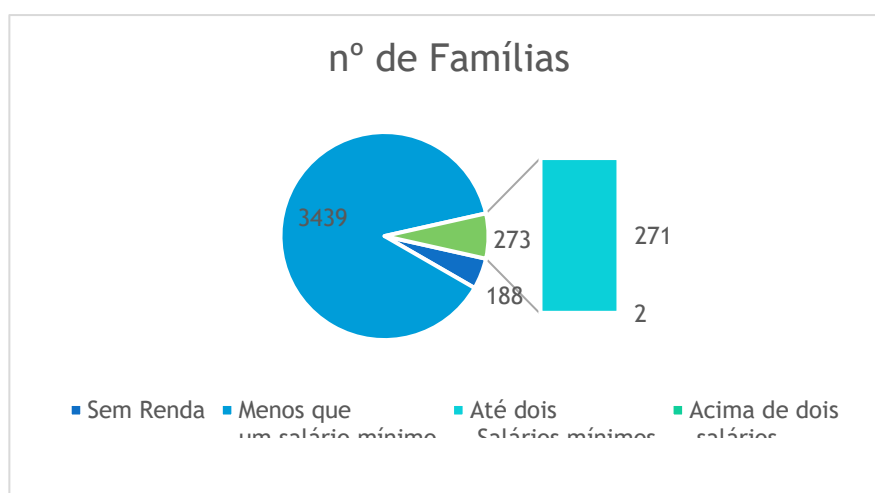


Gráfico 2: Renda dos beneficiários - Vila Jardim. Produzido pela autora. Fonte Diagnóstico territorial PTS Vila Jardim. CEF

2.1.4 Densificação do povoado

No Censo de 2010 realizado pelo IBGE, o bairro Cidade Satélite, em Boa Vista, Roraima, indicava ter 5.942 mil habitantes. A área do entorno do Vila Jardim, era composta por edifícios tipo horizontais unifamiliares, constando uma pequena quantidade de edificações verticais de dois a quatro pavimentos, de uso residencial. (EIV – empreendimento Vila Jardim, 2012). O empreendimento Vila Jardim, significou um aumento maior que 200% de sua população no bairro (12.000 pessoas aproximadamente), com construção de 187 prédios, em 12 conjuntos, com área total construída de 196.947,82 m², o que implica a necessidade de uma reestruturação de equipamentos e serviços públicos no bairro.

2.1.5 Projeto Técnico Social (PTS) e Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial (PDST)

Dentro do processo de execução do Trabalho Social (TS) é realizado Projeto Técnico Social (PTS) e Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial (PDST) com base em estudos prévios científicos, no território, com metodologia participativa, que parte de um diagnóstico norteador que conforma multidimensões, como: social, econômica, produtiva, ambiental, político institucional do território e da população beneficiária, às ações planejadas e executadas, ao longo da obra e posterior a entrega do imóvel concluído. (Portaria nº 464 - 2018)

Como objetivo central do PMCMV, no âmbito do TS, busca -se estimular e preparar os beneficiários ao exercício da cidadania, com participação social de maneira ativa, os engajando a conquistar melhorias de condições de vida, efetivação dos direitos sociais e a sustentabilidade da intervenção.

O proponente, que no empreendimento Residencial Vila Jardim, é representado pelo Governo do estado de Roraima, após receber aprovação do PTS e PDST da operadora, representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), fica responsável por realizar o processo licitatório para contratar a (s) empresa (s) que prestará serviço (s) das ações previstas.

O Governo de Roraima pelo Processo nº051/2016 abriu licitação para executar as seguintes atividades: Reuniões Administrativas com os beneficiários; Oficina de Educação

Patrimonial; Oficina de Economia doméstica; Oficina de Educação Ambiental e Sanitária; Oficina Recreativa com apresentação de Peça Teatral e cursos profissionalizantes.

As ações previstas no PTS/PDST visam contribuir na qualidade de vida dos moradores, no sentido de minimizar problemáticas sociais cotidianas, além de buscar ofertar bem-estar físico, psicológico, social e econômico e, propiciar condições `garantia de autonomia no padrão de convivência social, integração dos beneficiários entre si e com a comunidade.

- a) Do procedimento burocrático para licitação e contratação da empresa executora do PTS/PDST

Etapas Licitação PTS/PDST – Empreendimento Residencial Vila Jardim

Data	Procedimento
11/04/2016	Assinatura do Convênio para execução do TS
09/05/2016	Chegou na CPL para confecção de minuta de Edital
01/06/2016	Foi para o controle interno para parecer
16/06/2016	Foi para DIRHA – ajustes do projeto básico conforme solicitação do C.I.
07/07/2016	Chegou na CPL – providências quanto aos ajustes do C.I.
20/07/2016	Para aprovação de minuta do Edital
26/07/2016	CPL – prosseguimento do mesmo
26/07/2016	Controle Interno para análise e parecer quanto formalização da licitação
15/08/2016	CPL – aos novos ajustes do Controle Interno
16/08/2016	Encaminhado ao DIRHA- novos ajustes do Controle Interno
24/08/2016	CPL para prosseguimento
29/08/2016	Jurídico – Realizar nova aprovação de minuta de edital
06/09/2016	CPL – par prosseguimento quanto as publicações
08 e 09/09/2016	Publicado no Diário Oficial do Estado (nº. 2.840 e nº 2.841)
11/09/2016	Publicado no Jornal Folha de Boa Vista – Aviso de Licitação (32 dias antes por 12 de outubro ser feriado)
13/10/2016	Abertura de licitação

19/10/2016	Setor de contabilidade para parecer – qualificação econômico-financeira das empresas participantes
20/10/2016	DIHRA – análise e parecer – Parte Técnica das empresas
09/01/2017	CPL para prosseguimento
07/02/2017	Encaminhado para DIRAF – Solicitar novo Ped 2017
13/02/2017	CPL a pedido por solicitação
13/02/2017	DIRHA – análise e parecer técnico das razões e contrarrazões das empresas
24/03/2017	CPL – parecer de fracassada a licitação
28/03/2017	Publicado no DOE nº. 2.971, Folha de Boa vista e Imprensa Nacional
30/03/2017	Encaminhado ao DIHRA para conhecimento

Tabela 3: Fonte: Relatório processo licitatório nº05/2016: PTS/PDST/PMBV/Residencial Vila Jardim

*CPL – Comissão Permanente de Licitação – CODESAMA

*DIRAH 0 Diretoria Administrativa e Financeira - CODESAMA

- b) A governança oferece mecanismos, sendo um deles o Controle – para Transparência, Prestação de Contas e Responsabilização (CNM, 2018). O 4º passo, dentre os 10 indicados pelo TCU (2014), para se ter uma boa Governança no âmbito do Setor Público, indica que estabeleça o modelo de gestão da estratégia que assegure seu monitoramento e avaliação, a considerar aspectos como transparência e envolvimento dos servidores, comissionados, terceirizados e de toda a sociedade, que seja desenvolvido e monitorado indicadores de desempenho. Estabelecendo a estratégia considerando, inclusive, as necessidades dos servidores. Segundo Brainard Guy Peters (2012) o termo Governança em seu sentido original, está relacionado com o ato de orientar e conduzir, não apenas com o exercício do poder (governo) ou com as condições em que esse poder é exercido (governabilidade), mas com a capacidade de os sistemas políticos e administrativos agirem de forma efetiva e decisiva para resolver problemas públicos.
- c) No processo de contratação da empresa para desenvolver as ações do PTS/PDST, o Governo do estado de Roraima não encontrou pelo processo licitatório, uma empresa com estrutura, proposta e condições que atendesse os pré-requisitos. Desta forma, a governança verificou alternativas e de forma eficiente, utilizou de instrumentos legais que autorizam a dispensa de licitação como na época, prevista no inciso XXIV do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe ser dispensável a licitação “para a celebração de

contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão”. E desta forma o Governo do estado de Roraima e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, pelo Convênio nº. 002/2019/CODESAIMA/SENAI. Por outro aspecto, contratar uma empresa do porte da Rede “S”, que é uma Organização Social mantida e representativa das indústrias e comércios, distancia a possibilidade de repartir, democratizar o valor econômico, de ampliar a diversidade de tecnologias sociais, educacionais, ambientais junto aos pequenos produtores, inclusive da indústria criativa. Não aproveitando em conciliar outros Programas de Políticas públicas, como o Mais Cultura – Cultura Viva, por exemplo, com milhares de Pontos de Cultura por todo território brasileiro, atuantes, principalmente nas periferias, comunidades tradicionais, guetos e grandes centros urbanos. O que faz, principalmente no campo de se aproximar das comunidades e pensar junto com elas, o PMCMV, nesta experiência do Residencial Vila Jardim, manter a política de cima para baixo, distanciando do que se preceitua a prática da Filantropia Comunitária.

2.1.6 Equipamento Público

Conforme NBR9284 – Equipamento Urbano são equipamentos que dão sustentação às funções urbanas, organizada por apenas uma categoria; equipamento urbano (bens públicos ou privados de utilidade pública), destinados a prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade. Do equipamento urbano subdivide em categorias e subcategorias.

- Das categorias: circulação e transporte; cultura e religião; esporte e lazer; infraestrutura (comunicação, energia, iluminação pública, saneamento, segurança pública e proteção, abastecimento, administração pública, assistência social, educação e saúde)

Por outro lado, tem a Lei municipal de Boa Vista nº 925/2006, que define equipamento comunitário como equipamento público, no qual demanda ocupação de área específica para prestação de serviços para coletividade, e realização de outras atividades públicas, nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer, segurança e administração.

2.1.7 Equipamento de educação no bairro Cidade Satélite e Educação

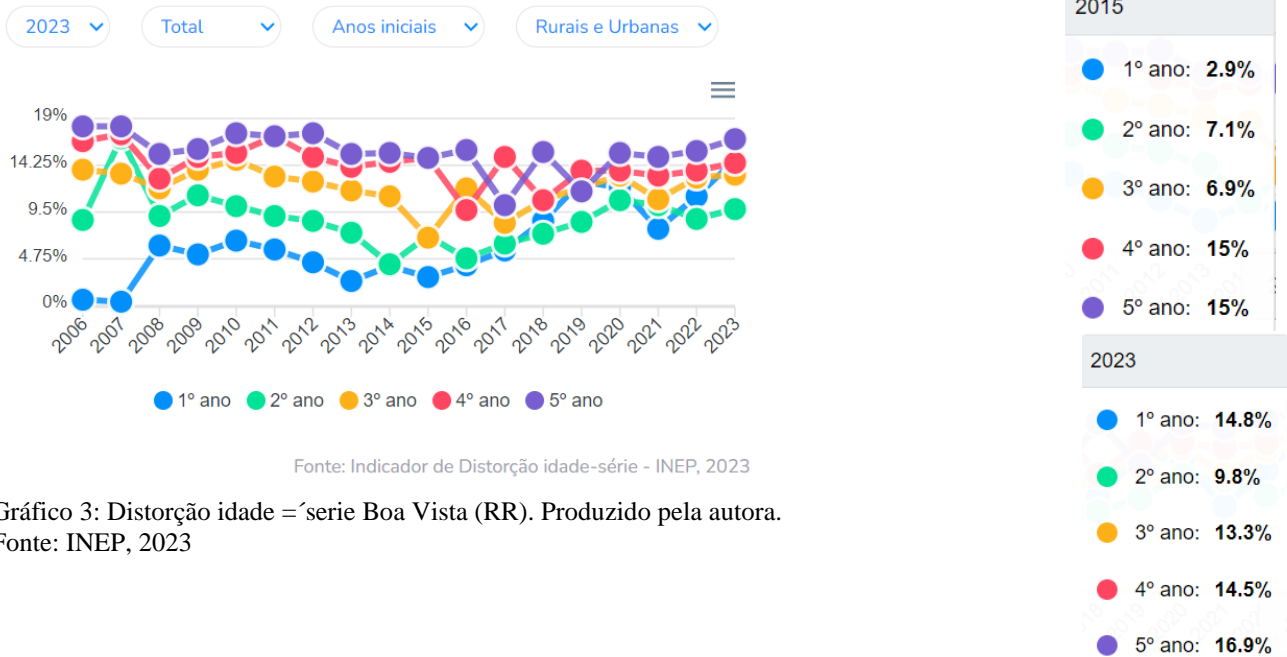
Tipo de equipamento	Nome	Distância até o empreendimento (m.)	Capacidade de atendimento	Vagas disponíveis
Escola de Ensino Fundamental	Gleméria Gonzaga Andrade	851	940	0
Escola de Ensino Fundamental	Não tinha nome, estava em construção	1.258	800	800
Casa Mãe	Sin há Laranjeira	1.014	30	0
Casa Mãe	Tia Lourdes	1.037	30	0
Casa Mãe	Vovó Conceição	333	30	0
Casa Mãe	Vovó Joana Cidade	358	30	0

Tabela 4. Rede de educação pública no Bairro Cidade Satélite. Fonte: Diagnóstico territorial Residencial Vila Jardim, 2012.

- a) No Diagnóstico do Residencial Vila Jardim (2012) foi utilizado como parâmetro para estimativa da demanda por vagas ao ensino fundamental, gerada consequentemente pelo empreendimento em questão, os dados demográficos e de educação dos anos de 2009 e 2010 respectivamente, estimados pelo IBGE. O município de Boa Vista somava 284.313 habitantes (metade do que se tem hoje, muito, devido a imigração de Venezuelanos e Waraos), estando na ocasião, 16,9% da população matriculada no ensino público. Quando transferido essa porcentagem ao quantitativo estimado a residir no Vila Jardim (próximo a 12.000 pessoas), verificou-se que o bairro precisaria ofertar mais 1.927 vagas ao ensino fundamental público, a atender crianças e jovens, portanto, mais do que o dobro de vagas em aberto, que o governo local estava disponibilizando - até então, 800 vagas.

- b) O Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) torna obrigatória, a educação gratuita universal, nos graus elementares e fundamentais. Atualmente, segundo a UNESCO, cerca de 750 milhões de pessoas no mundo não sabem ler e escrever. Em busca de somar esforços ao desenvolvimento sustentável, a comunidade internacional (2015) discutiu sobre a importância da educação para se alcançar esse desenvolvimento e garantir um futuro sustentável para todos. Desta forma, ficou estabelecido 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – que formam a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com foco em cinco princípios iniciados com a letra “P”, que são: Pessoas; Planeta; Prosperidade; Paz; e Parceria. Estabelecido a ODS 4 para - Educação Global e Mecanismos de Cooperação, com a meta central: **Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.**
- c) No município de Boa Vista, nos anos de 2015, quando da entrega do Residencial Vila Jardim, o município tinha o percentual de distorção idade-série (dado estatístico que acompanha, em cada série, o percentual de alunos que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados), menor que no ano de 2023, cujas hipóteses de grande possibilidade pelo Fato; paralização de estudos em época de período pandêmico do COVID 19 e grande aumento de habitantes na urbe, devido a entrada de grande fluxo de migrantes venezuelanos. No entanto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (que varia de 0 a 10, sendo 10 a melhor nota), de 2015 a 2021, apresenta melhora 0.7 pontos – de 4,9 para 5,6. Quanto ao fluxo escolar, ocorreu aumento do 6º ao 9º, a considerar do ano de 2015 ao ano de 2021. (Censo de Educação Básica, INEP, 2023).

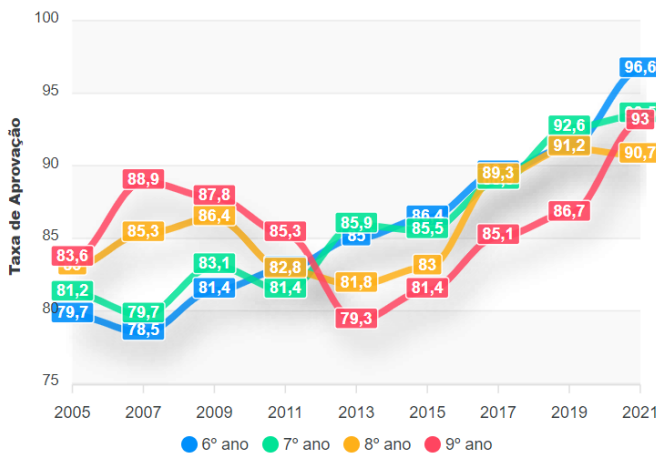
Evolução da distorção idade-série - Boa Vista



Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2023

Gráfico 3: Distorção idade = série Boa Vista (RR). Produzido pela autora. Fonte: INEP, 2023

Evolução Fluxo



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Gráfico 1. Evolução de fluxo em Boa Vista (RR). Fonte INEP, 2023. Produzido pela autora.

Gráfico 5: Evolução do IDEB em Boa Vista (RR). Fonte INEP, 2023. Produzido pela autora.

d) O Bairro Cidade Satélite, considerado um bairro novo, com início de seu povoamento próximo aos anos 2000, registra o início de ofertas de vagas na rede pública escolar no bairro, em 2007, com a criação da Escola Municipal Professora Gleméria Gonzaga Andrade, com atendimento a educação infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Posteriormente, assumindo o papel de grande responsabilidade em sustentar o aumento da demanda no Cidade Satélite, criou -se a Escola Municipal Prof.^a Ana Sandra Nascimento Queiroz, que hoje atende junto com a 1ª escola, o número de 1000 alunos, cada. Ainda, o Cidade Satélite possui cinco Casas Mãe (as

creches municipais), com oferta de 571 vagas no ano de 2017. A Escola Municipal Vila Jardim, construída nas imediações do conjunto habitacional de Interesse Social, oferta uma média de 448 vagas, enquanto as outras ofereceram entre 30 e 32 vagas. (DIAS, 2019). A partir de 2021 a Prefeitura de Boa Vista ampliou a rede de ensino, construiu novas escolas, gerando 9.854 novas vagas e no ano de 2024, no Bairro Cidade Satélite, a Escola Municipal Profª. Glemíria Gonzaga Andrade – recebeu ampliação para ofertar mais 600 vagas no Ensino Fundamental. (Prefeitura Municipal de Boa Vista, 18.04.2024, G1)

- e) O economista indiano Amartya Sen em sua percepção, chama atenção para a “privação relativa”; das privações que ocorrem em diversas esferas da vida, para além da privação material, às outras privações determinantes aos sujeitos em outros pontos. E sugere que para haver desenvolvimento, faz necessário erradicar as principais fontes de privação de liberdade, tais como: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. São cinco tipos de liberdade instrumental, pela teoria de Sen: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Sendo a transparência e confiança entre as interações sociais dos sujeitos, preponderantes a garantir a liberdade instrumental.

Com análise dos dados de construção de novas escolas públicas, aumento de oferta de novas da redes básicas no ensino infantil e fundamental, principalmente, no Bairro Cidade Satélite, após a construção do Residencial Vila Jardim, pode-se levantar a hipótese - que o Programa de Política Pública Federal Minha Casa Minha Vida, provoca desenvolvimento local, estimula melhorias no campo de ofertas de equipamentos públicos, incentiva a escolarização básica no país, e portanto, para este quesito, sua Governança é eficiente e eficaz, resultando em contribuição da diminuição de privações relativas dos beneficiários atendidos.

2.1.8 Do patrimônio arqueológico e cultural material e imaterial

- O Governo Federal exige Estudos arqueológicos em locais de construção de novos empreendimentos, previsto na Portaria nº 230 de 2002, da autarquia - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com base nos dispositivos legais: artigos 20, 23, 215 e 216 da Constituição Federal; Lei 3.924 de 1961 – que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré – históricos nacional; Portaria SPHAN nº 07 de 1988 – que trata do ato de outorga para executar determinado projeto que afete direto ou indiretamente sítio arqueológico, para que o novo empreendimento obtenha licença prévia de EIA/RIMA. Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

No processo de execução do empreendimento Residencial Vila Jardim, foi realizado no ano de 2012 um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme exige a Lei Municipal de Boa Vista (RR) nº 926 de 2006 – que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano do município de Boa Vista e dá outras providências, estabelece as atividades e estabelecimentos que necessitam de EIV para serem licenciados, obrigando às edificações com área útil principal igual ou superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), como no caso do Vila Jardim.

No EIV do Vila Jardim (2012) cita que na vizinhança Mediata e Imediata ao empreendimento, não consta nenhum bem material cultural (histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e turístico) reconhecido pelo conselho municipal de defesa do patrimônio e protegido por instrumento de tombamento. Que o local possui um patrimônio natural de Savana, parte da paisagem urbana, ou seja, da configuração da contínua dinâmica entre os elementos naturais e os edificados ou criados, com constante relação de escala, forma e movimento, o que precede a Lei municipal de Boa Vista (RR) nº 513/2000.

Um ponto problemático, pois sendo o Programa Minha Casa Minha Vida, uma política governamental Federal de repercussão nacional, e verificado o empreendimento vultoso, como do Vila Jardim, é que a Caixa Econômica Federal, ao receber o projeto do empreendimento para análise e aprovação, já recebe coma EIA/RIMA – o que pressupõe que estudos arqueológicos etnohistóricos, geológicos, inventários já tenham sido realizados e que o IPHAN tenha feito a avaliação. Em pesquisa no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão na página do IPHAN, tive acesso ao registro RR-1400100-BA-ST-00007, referente um bem arqueológico tipo sítio, de nome Carana I. no bairro Cidade Satélite, em Boa Vista (RR), identificado entre os anos de 1997 e 1998 no âmbito do licenciamento ambiental, durante realização de acompanhamento arqueológico para a implantação da linha de transmissão: LT de Interligação Venezuela/Brasil – Trecho Boa Vista 69 kv/SE/230 kv - Pacaraima/RR (Anexo I). Questiona-

se? Onde ocorreu a não observação, quando forneceu a licença ambiental ao empreendimento? No IPHAN? Na Prefeitura Municipal de Boa Vista? Na empresa responsável pela produção do EIV? No aspecto da Governança na Execução de Programas Federais, a CEF pode servir como um inibidor de corrupção com a coisa pública e negligência de procedimentos elementares para preservação do patrimônio material e imaterial. Desta forma, a sugestão é incluir procedimento de verificação/certificação na nova portaria (que trata do Trabalho Social e atribuições dos técnicos de projetos sociais, pelo Setor de Interesse Social, junto aos órgãos competentes, dos estudos, documentos registrados e recomendações relativos a bens culturais. E ainda, conforme sugere o trabalho de Pires e Gomide (2016) – quando os Programas sofrem auditoria, algum tipo de fiscalização externa, costuma abrir diálogos, ter mais cuidado com os procedimentos e autorizações, e tem os processos com melhor eficiência. A evitar que Programas Federais promovam ação contra ao que preceitua o próprio governo federal pelas, suas normas, órgãos, empresas públicas e autarquias.

2.1.9 Atividades Previstas no PTS e PDST

Anexo no Apêndice

2.1.10 Composição de Custos

ETAPA	RESUMO	CUSTO
Equipe Técnica	Salários com encargos e BDI	R\$1.173,671,46
Pré Contratual – Pré Ocupação	Reunião adm. Com instituições; apresentação PTTS e PMCMV; Eleição de Comissão Provisória; Orçamento de Espaço para Gestão condominial; Reunião para assinatura de	R\$252.059,91

	contrato e Preparação para Ocupação da moradia.	
Etapa Pós – Contratual Ações de Organização Comunitária	Oficinas de Gestão condominial; Assembleia Geral para apresentação de Regimento Interno e eleição de chapa Síndico e Subsíndico; Curso de capacitação de síndico, subsíndico e conselho fiscal; Dia de atendimento a Saúde e ação Social	R\$345.108,00
Ações Educativas	Oficinas de: Educação Patrimonial; Economia doméstica; Educação ambiental e Sanitária. Gincana Recreativa, encontro de Convivência Comunitária e encerramento, Palestras de Prevenção de Incêndio e Acidentes domésticos, Políticas públicas. Direito e Deveres da Criança e Adolescente e Peça Teatral.	R\$514.016,36
Geração de Trabalho e Renda	Curso de: Cabelereiro profissional; manicure e pedicure; depilação; babá; beneficiamento de materiais recicláveis; camareira; limpeza, tratamento e manutenção	R\$673.174,00

	de piscinas; manutenção de ar-condicionado; panificação; lancheiro; jardinagem; mecânica	
TOTAL PREVISTO		R\$2.968.029,73
TOTAL EFETIVADO	Obs. Ocorreram remanejamento de atividades, cancelamento de algumas atividades e diminuição de custos, o que culminou na diminuição do valor total	R\$2.782.528,48

Tabela 5 Ações e Resultados – Execução do PTS Residencial Vila Jardim. Fonte Relatório PTS, 2019; produzido pela autora.

2.1.11 Efetividade na Ocupação

O empreendimento Residencial Vila Jardim foi entregue aos seus moradores no ano de 2015. Posteriormente, ocorreu o desenvolvimento de atividades pós – ocupação, planejados no PTS/PDST. Acompanhado por parte do governo do estado de Roraima através da CODEISAMA, entre janeiro de 2016 a março de 2017, com objetivo de averiguar a condição ocupacional dos imóveis quanto a ocupação regular, irregular, apartamentos vazios e outras situações não previstas, para subsidiar as notificações à Caixa Econômica Federal e porventura, a outras denúncias. Durante as visitas foram aplicadas as Certidões de Vistorias do Imóvel e os relatórios Sociais, antes da emissão para CEF. Neste período foi um total de 913 (novecentos e treze) Relatórios Sociais e Certidões de Vistorias dos Condomínios Andiroba, Ipê amarelo, Sumaúma e Urucum. E posteriormente ocorreram vistorias nos demais condomínios de forma gradativa. (Relatório nº 5 PTS Vila Jardim, CEF)

No ano de 2018, foram realizadas visitas pelos Técnicos de Projetos Sociais e outros profissionais contratados, no sentido de mobilização e participação efetiva nas atividades, como, palestras, cursos, oficinas, recreativas, esportivas e culturais. No relatório de visitaçã, chama a atenção o número de convites e contatos que não foi possível entregar e fazer, considerando que o período destas visitações ocorreu em tempo maior que um mês. Conforme

Tabela 6 e Gráfico 4, verificamos 47% (do maior índice) a 32% (do menor índice), da soma de apartamentos vazios e desocupados.

Faz necessário uma pesquisa mais aprofundada de campo, inclusive, para verificar os fatos que levam a este alto índice de evasão do apartamento. E no que cabe esta apreensão, dos resultados quanto ao efeito do Trabalho Social promovido, onde inclui ações para estímulo a relação comunitária e pertencimento com o território, o resultado foi insatisfatório, devido o alto índice de abandono.

Condomínio	Total de apartamentos	Apartamentos vazios	Apartamentos desocupados
Açaí	288	75	15
Andiroba	208	57	9
Angelim	256	75	20
Araçá	288	95	11
Buriti	240	101	4
Cedro	288	89	10
Ingá	224	84	7
Ipê Amarelo	240	74	16
Jatobá	272	75	23
Pupunha	224	92	14
Samaúma	224	76	15
Urucum	240	51	26

Tabela 6: Status de apartamento Vila Jardim Fonte: Relatório nº 5 PTS vila Jardim. Produzido pela autora.

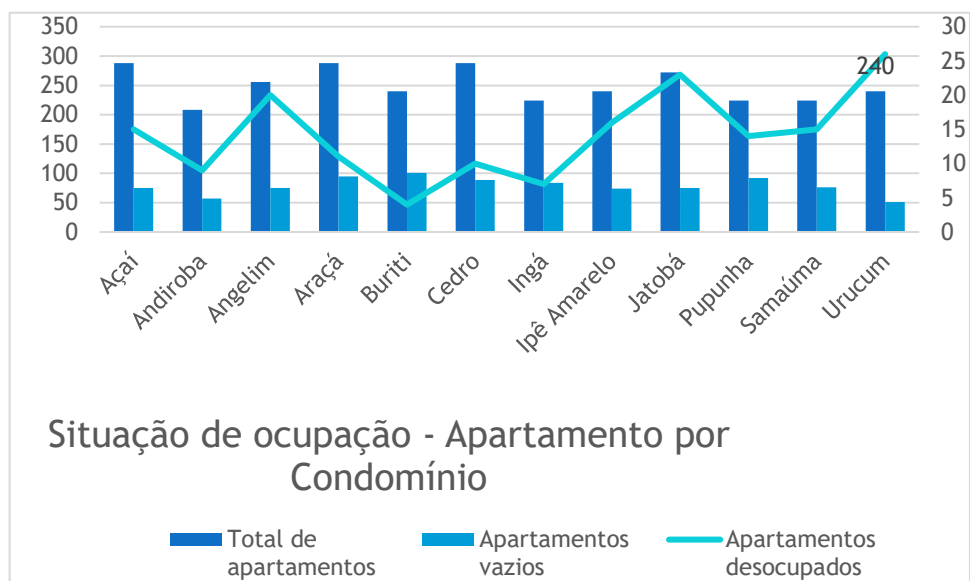


Gráfico 6: Situação de Ocupação apartamento por condomínio Residencial Vila Jardim. Fonte Relatório nº 5 PTS Vila Jardim. Produzido pela autora.

A escala de um Programa de Habitação de Interesse Social em abrangência federativa, em um país extenso como o Brasil, denso demograficamente, complexo em suas alteridades, com muitas injustiças sociais, encara muitos desafios. O Programa Minha Casa Minha Vida, em sua primeira versão, nos primeiros dez anos, e ainda hoje, nas novas discussões, reproduz a política, com efetivo de recursos para cobrir gastos em prazos fixos, exatos a itens orçamentários elaborados em uma proposta escrita há algum tempo - das práticas *top-down* (de cima para baixo) adotadas pelo campo do desenvolvimento tradicional. Na Filantropia Comunitária entende o dinheiro local tanto a partir de seu valor relacional (o que simboliza) quanto de seu valor financeiro, em contraste com as convenções do setor formal de desenvolvimento, onde as relações ainda são amplamente definidas pelos fluxos de dinheiro. (Hodgson, 2019, p.3 – p.10)

A Filantropia Comunitária entende que é necessária uma coparticipação ativa da comunidade trabalhada, a incluir, Co – contribuição ou com dons, ou com fazeres, ou com recursos monetários, mas com co contribuição efetiva, com trabalho de baixo para cima, a ser efetivo a coesão social e engajamento comunitário, a passar pelo desafio de construção de confiança.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa realizada surgiu a partir de algumas questões que comecei a levantar, no exercício do meu ofício como Assistente de Projetos Sociais da Centralizadora de Habitação de Interesse Social – CEHIS, setor pertencente a Caixa Econômica Federal. As primeiras perguntas suscitadas foram: Como garantir coesão social em comunidades criadas artificialmente⁶? Como teria sido possível inserir uma coparticipação comunitária no formato dos equipamentos que compõe o conjunto habitacional do PMCMV – FAR, se quando o Projeto Técnico Social inicia sua aplicação, a obra já está em andamento, muitas vezes com quase 60% realizado? Até que iniciei a querer examinar os processos desde a escolha dos moradores, leis, burocracia,

⁶ O termo artificialmente foi uma qualidade que eu dei às comunidades criadas pelo PMCMV, por serem famílias sorteadas, inscritas no CADÚnico, que muitas vezes em apenas o marcador de renda como categoria afim. Sendo estas famílias oriundas de diversos lugares, com diferentes costumes, sem uma relação prévia comunitária, No primeiro momento é para designar que este não tem elo histórico comunitário e identitário. Sendo algo que pretendo desenvolver como pesquisa no mestrado.

abordagem, procedimentos, participação comunitária, envolvimento, construção de confiança, Desta forma adotei como método estudo de caso do Residencial Vila Jardim, que conforme (YIN, 2010) permite ao pesquisador um aprofundamento no conhecimento das etapas e planejamento na realização da pesquisa em si. Robert K. Yin indica que o estudo de caso aplica-se para compreender os diferentes fenômenos sociais, em que não há uma definição substancial dos limites entre o fenômeno e o contexto (SANTOS, 2011). Por outro lado, indica também, as limitações do método, sendo estas: rigor, generalização e tempo demasiado, no qual salienta que o investigador possui papel relevante, e que deve ter cuidado com generalizações, necessitando manter o rigor científico no tratamento da questão.

Quanto a abordagem do método se enquadra como Quali – Quantitativa, por envolver, combinação de dados qualitativos extraídos dos relatórios do PTS e PDST, pelo próprio PTS e estudo teórico de conceitos e de temas relacionados, associado, a captura de dados estatísticos e numéricos. Que segundo Gatti (2004, p. 4), [...] a combinação deste tipo de dados (se referindo ao quantitativo) com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado. (Schneider et al, 2017.)

Conversei com minha supervisora, ela informou que seria um processo rápido e indicou que eu falasse com a então Coordenadora Nacional do setor, que é socióloga e acadêmica, indicando que o processo para eu ter a liberação formal do acesso as informações dos arquivos do Trabalho Social do Residencial Vila Jardim seriam liberadas de forma célere.

No primeiro momento, achei um item normativo que me forneceu amparo legal: conforme o Normativo interno de Recursos Humanos, da Caixa Econômica Federal, item "b" - 6.1.6.17.1 - RH 200, a notificar minha intenção de pesquisa de um Projeto Social específico da Caixa, pedir autorização dos dados e formalizar como poderá ser referenciado e disponibilizado informações que competem Sigilo Interno. Entrei em contato com a nova Coordenadora, e ela informou que relacionados a trabalhos de política de Estado, a solicitação obrigatoriamente teria que ser feita pela plataforma Fala.br. Prossegui conforme orientação, acessei o site [Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação \(cgu.gov.br\)](http://Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (cgu.gov.br)) e fiz a solicitação formal de acesso aos dados, que gerou o protocolo de nº18840001035202515 (constando em anexo) e concomitantemente, enviei o pedido por e-mail interno, para minha coordenação e gerência direta, subsidiada pela Lei § 3º, art. 11 - A, Seção II, do Decreto 7.724.

Após o envio do e-mail, demorou menos de 24 horas para obtenção do retorno. Como os documentos não estão digitalizados e constam na Unidade que trabalho. A coordenação

enviou o pedido para eu digitalizar o processo e enviar link da Pasta Digital, com os arquivos para análise de itens que não podem constar, como nomes, dados pessoais dos moradores, da equipe técnica e resultado da avaliação dos relatórios, por parte da Assistente de Projetos Sociais. A resposta também foi rápida e no outro dia recebi autorização de acesso as informações dos arquivos selecionados.

Como método foi feita leitura dos arquivos respectivos ao Trabalho Social que envolve estudos de impacto, diagnóstico socio territorial. Projeto Técnico Social, Projeto de Desenvolvimento Socio territorial, Editais de licitação, licitação, orçamentos físicos financeiros, cronogramas, Relatórios de Projetos Sociais. E, de pesquisas relacionados ao tema, e que utilizaram conceito de Governança na Execução de Projetos Sociais. Junto com as leituras foram feitos grifos e comentários de análise.

Será utilizado, também, parâmetro estatístico quanto a marcadores envolvendo os moradores do Vila Jardim e moradores do Bairro Cidade Satélite. E referente ao ensino formal básico.

Sendo recorrido leitura a conceitos epistemológicos sociológicos e dos Conceitos de Governança de política pública, em uma perspectiva da Filantropia Comunitária, para conclusão do estudo do problema.

3.1 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

A pesquisa foi realizada a partir do arquivo físico situado na Unidade 6996 - REHAB/BV, da Caixa Econômica Federal, bairro Alvorada, em Boa Vista (RR), onde atuo como Assistente de Projetos Sociais (APS), na Centralizadora de Habitação de Interesse Social, aos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida, após aprovação do uso da gerência imediata, dentro de critérios pré-estabelecidos.

3.2 População e amostra ou Participantes da pesquisa

A população e participantes da pesquisa são os beneficiários, portanto, as famílias sorteadas à residir na Habitação Social Residencial Vila Jardim, que por sua vez, são inscritos

no CADÚnico, beneficiários do PMCMV. E de forma secundária, a população do bairro Cidade Satélite.

O exame verifica os marcadores sociais deste público, presentes no diagnóstico; analisa as atividades que estes participaram, além do rendimento opinião de satisfação deles quanto as iniciativas promovidas pelo PTS.

De acordo com as instruções normativas do Ministério das Cidades e do estado de Roraima (no período de edificação do Vila Jardim), a população beneficiária do Programa Minha Casa Minha Vida é caracterizada por pessoas físicas que se enquadrassem às condições estabelecidas na Resolução nº001/2011 da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA, com apoio da Portaria nº140, de 05/03/2010 do Ministério das Cidades e na decisão do Conselho de Administração de 23/09/2011, que confere ao:

I. Critério Nacional

- a) Famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres;
- b) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

II. Critério estadual

- a) Famílias com renda mensal bruta máxima de R\$1.395,00 (um mil trezentos e noventa e cinco reais);
- b) Famílias com tempo mínimo de residência de 18 (dezoito) anos em Boa Vista;
- c) Família com no mínimo 02 (dois) membros;
- d) Famílias oriundas de diversos bairros da cidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida tem seu objeto principal, a habitação e moradia, porém, sua política busca impacto em outras dimensões, com desenvolvimento de ações concernentes a quatro Eixos, sendo estes: (1) **Mobilização, organização e fortalecimento social**; (2) **Acompanhamento e gestão social da intervenção**; (3) **Educação ambiental e patrimonial**; e (4) **Desenvolvimento socioeconômico**. Objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socio territorial de médio e longo prazo. (Portaria nº 464- 2018 MCID).

É possível verificar que o PMCMV, está bem amparado pelo rigor da lei, normativos, com definições claras dos papéis no processo de execução, definidas as suas responsabilidades, competências e atribuições. Os projetos que conseguiram concluir 100%, na modalidade PMCMV FAR/ Faixa 1, são de municípios bem estruturados, com dois tipos de tributos arrecadados e com Plano Diretor concluído, como no caso do município de Boa Vista, e o governo estadual de Roraima, com autarquia de desenvolvimento regional, responsável pela gestão do contrato Residencial Vila Jardim, perante a Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades. Diferente de municípios sem plano diretor, com arrecadação de apenas uma taxa e com menos de 20 mil habitantes, que apresentaram muitas dificuldades durante o processo, principalmente na fase de abertura de Edital de licitação, dos quais muitos ainda não concluíram 100% o Projeto Técnico Social.

Das famílias escolhidas, o critério no estudo de caso do Residencial Vila Jardim, o governo do estado de Roraima priorizou famílias chefiadas por mulheres. Destas mulheres, um número majoritário tem o estado civil como solteiras, beneficiárias de outros Programas Sociais. Sendo constatado deste ponto um problema, concernente ao que em outros estudos foi percebido: O PMCMV trabalha com números absolutos de déficit de moradia, ao mesmo tempo que o número de habitação construída, a lembrar do primeiro decano (2009 – 2019), atingido próximo a 5, 5 milhões de residências contratadas e quatro milhões entregues, o déficit habitacional não diminuiu, ao contrário, aumentou. Pode ser por outros fatores adjacentes, como o COVID 19, por exemplo, mas o ponto é – que nem sempre o sujeito, a família que se enquadra no déficit habitacional, é beneficiária de algum Programa Social, e ou faça parte do CADÚnico, permanecendo este, no índice de déficit. Outra questão é que o maior percentual de déficit de

habitação no Brasil, se dá devido ao ônus de pagamento de aluguel (famílias que ganham em média até três salários-mínimos e provisionam 30%, aproximadamente, do orçamento para o aluguel). Se verificarmos o perfil de pessoas que ganham 3 salários-mínimos no Brasil, normalmente possui nível técnico de escolaridade, segundo grau e até terceiro grau. A pergunta: O CADÚnico abrange os mais de 50% que compõe do déficit habitacional por ônus? No modelo anterior, que construía a HIS apartada dos centros urbanos, abarcava este público?

Na execução do Projeto Técnico Social Residencial Vila Jardim, os agentes do PTS não conseguiram sequer entregar os convites de atividades, somando um número próximo de 40% de unidades habitacionais vazias ou fechadas. Este fato é algo que realmente necessita ser pensado desde o início do processo, e a Filantropia Comunitária oferece tecnologias sociais para facilitar. No PMCMV as questões chaves mais importantes são decididas pelo estado federativo e estados e municípios que recebem a subvenção. Os moradores não têm vocalidade quanto aos terrenos escolhidos, não votam quanto aos projetos arquitetônicos, não decidem as atividades que são realizadas. Tudo chega pronto. A abstrair o fato, que o beneficiário já não está inserido em uma comunidade no qual ele tenha afinidade, elo, história, identidade, e ainda, as ações não remeterem a qualquer identificação, como conseguir coesão social? Como conseguir manter este morador neste conjunto habitacional? Como fazer este morador preservar este território? Pela perspectiva da Filantropia Comunitária, ao fazer o exame do Trabalho Social do Vila Jardim, faltam mecanismos que promova trabalho e participação ativa dos moradores. Exemplo: quem sabe algumas ações estratégicas durante a construção, seja possível promover atividades com mutirões com os futuros moradores, no sentido de unir e inserir valor intangível no bem? Neste estudo, este ponto se apresenta ser bem relevante.

Das licenças ambientais, a Caixa Econômica Federal como operadora e que se apresenta na prática como um Agente, regulador, mediador e facilitador, necessita prever no setor de Engenharia associado com o Setor Social, uma forma de gerir o risco do PMCMV, não ir na contramão dos direitos patrimoniais e culturais. O Residencial Vila Jardim, fica no bairro Cidade Satélite, em Boa Vista (RR), povoado este, que tem registrado no sistema do IPHAN, um sítio arqueológico⁷. No Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), consta que a prefeitura informa, que na vizinhança mediata e imediata do local, não tem registrado nenhum tipo de patrimônio ou bem cultural, situando apenas as savanas, bioma característico que continuaria com sua dinâmica, não sofrendo impacto com o empreendimento. O fato é que no local, o sítio arqueológico foi registrado entre os anos de 1997 e 1998, ou seja, já registrado no ano de 2012,

⁷ Registro com seu respectivo número no anexo.

quando foi produzido o EIV do Residencial Vila Jardim. No mínimo, seria indicado ser necessário, retomar estudos, realizar um inventário, para fornecer licença ambiental e direito ao loteamento destas terras. Para CEF, quando chega o projeto do empreendimento com a RIMA, logo entende-se que já está tudo certo com IPHAN. Em sondagem local por meio de conversas com interlocutores, suscita-se que há instituições regionais e locais emitindo licenças sem passar por alguns critérios federais. Diante disto, é importante uma pesquisa em âmbito federal, dos territórios que receberam e ou receberão empreendimentos do PMCMV, quantos as licenças, se teve em algum momento estudos etnohistóricos, arqueológicos e antropológicos nos locais, conforme o perímetro do local (se está isento ou não de estudo).

E por fim, referente os equipamentos públicos, na avaliação específica de equipamentos do ensino básico. O PMCMV se apresentou eficaz na promoção de maior estruturação dos equipamentos e ampliação de vagas, sendo positivo para os locais e regiões que tiveram empreendimento.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Programa Minha Casa Minha Vida trata de uma dimensão de extrema urgência no mundo, e não diferente, também no Brasil, que é o direito a casa e a moradia digna, relacionado a questões cruciais da modernidade e pós-modernidade – o pauperismo e a carência de cidadania. No que pesa, associado a uma política pública de habitação, faz necessário planejar e agir localmente quanto a infraestrutura, serviços públicos, segurança, acessibilidade cultural, mobilidade urbana, precisa ser pensado o direito a cidade.

Neste estudo do Projeto Técnico Social (PTS) e Projeto de Desenvolvimento Socio Territorial (PDST) do Residencial Vila Jardim, fornece pistas da complexidade em ter efetividade nas metas, tendo em vista que desde o projeto do empreendimento, não é pensado de forma integrada com os beneficiários, portanto, junto aos futuros moradores do HIS. O orçamento superestimado e depois a adequação dos planos, inclusive do Trabalho Social, com um percentual e valor determinado, pode sugerir custos desnecessários ao cumprimento de rubricas orçamentárias, ao passo, que dependendo dos fatos sociais peculiares a região trabalhada, pode exigir um orçamento mais encorpado, acima do percentual de 1,5% a 2% do valor total do empreendimento. Apresenta-se como possibilidade de solução, a ação permitida

e muito utilizada no PMCMV, a abertura para parcerias estratégicas, podendo incorrer ao suprimento das necessidades não subsidiadas no Plano.

Outro ponto importante, também verificado neste estudo, é quanto a competência na escolha/sorteio das famílias ser realizada apenas pelo governo local, embora tenha supervisão da Operadora Financeira. No caso do Vila Jardim, a CONDESAMA utilizou de marcadores de renda e gênero como chefes de família, abrindo precedentes para vários equívocos. Como considerar que mais 90% das chefes de famílias são solteiras, apenas pelo estado civil formal. E pelo aspecto de “gerenciamento de poder local”, sabe-se que dentro do território nacional, ainda há indícios de práticas de barganha, sendo temeroso, o critério do sorteio ficar apenas com o governo local, podendo ser uma solução a criação de um comitê, incluindo em seus membros o setor científico de Universidades, a fim de contribuir aos estudos, e formulação de critérios para a escolha dos beneficiários da UH.

Conclui-se que de fato há eficiência no processo de execução do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, quanto a estrutura legal, os procedimentos burocráticos e de transparência, tamanho de equipe técnica envolvida, relações governamentais e institucionais. Verificado o apoio substancial de operador, assumindo posto de agente e mediador, a CEF. Necessitando, o PMCMV de aprimoramento no Trabalho Social, com formas de abordagem de “baixo para cima” como prima a Filantropia Comunitária, em busca de provocar mudanças geracionais e atender os eixos que concernem a política implementada.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Cleber Ranieri Ribas de. A biofilosofia dos graus do orgânico: Arnold Gehlen e a ontologia de Nicolai Hartmann. *Problemata: R. Intern. Fil.*, v. 7, n. 1, p. 100-135, 2016. ISSN 2236-8612. DOI: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v7i1.27449>.

BANDEIRA, Ludmila Ferreira; JUNIOR, Edgar Reyes. Programa Minha Casa Minha Vida (2012-2016): análise da eficiência relativa dos municípios brasileiros na execução de programas federais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 309-330, mar./abr. 2021.

BRYAN, R. Roberts. A dimensão social da cidadania. *RBCS ANPOCS*, v. 33, ano 12, fev. 1997.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo; GUEDES, Marina Galatro Menta. Sustentabilidade e eficácia social do programa Minha Casa Minha Vida: um estudo de caso. Universidade Federal de Viçosa, 2015. Trabalho apresentado no IV SBQP, 2015. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18540/2176-4549.6034>.

CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2023 NOTAS ESTATÍSTICAS. Brasília: Inep/MEC, 2024.

- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE-eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.
- Confederação Nacional de Municípios – CNM. Como promover a boa governança na gestão municipal. Brasília: CNM, 2018.
- CARVALHO, Rodrigo Baroni Drummond; RIVADÁVIA, Correa Alvarenga Neto; GOULART, Iris Barbosa; QUIRINO, Bruno Silva. Análise do programa habitacional Minha Casa Minha Vida nas perspectivas da inovação social e a evolução das políticas públicas. Revista de Gestão Social e Ambiental, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 97-117, set./dez. 2015.
- DANA, R. H. Doan. What is Community Philanthropy? Effective Communities Project, 2005; Kilmurray, 2015.
- DANA, R. H. What does it mean to be community led? Community leaders' perspectives on principles, practices, and impacts (Part 1). Disponível em: <https://globalfundcommunityfoundations.org/resources/what-does-it-mean-to-be>, 2020.
- DANA, R. H. Southern and Southeastern Asia. The 2022 Global Philanthropy Environment Index. IU Lilly Family School of Philanthropy, 2022.
- Déficit habitacional no Brasil 2022 / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2023.
- DOPAZO, Danniel Elias Carneiro Leite. Análise da capacidade de governança nas contratações de obras públicas de infraestrutura. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2020.
- DIAS, Wagner da Silva. O Bairro Cidade Satélite no contexto da recente expansão urbana de Boa Vista – RR. Juiz de Fora, p. 75-85, 2019. Disponível em: <http://1library.org>.
- HODGSON, Jenny. Disrupção e democratização do desenvolvimento: a filantropia comunitária como teoria e prática. Global Fund for Community Foundations, 2020.
- HOUSING 4 ALL. Disponível em: www.unhabitat.org/Housing4All.
- BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. L11977. Disponível em: <http://planalto.gov.br>.
- BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. L14620. Disponível em: <http://planalto.gov.br>.
- MUIANGA, E. A. D.; KOWALTOWSKI, D. C. C. K. A panorama of Brazilian social housing research: scope, gaps, and intersections. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 24, e130925, jan./dez. 2024.
- NARAYAN, Deepa. Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us? Oxford: Oxford University Press, 2000.
- OFFE, C. Governance: an 'empty signifier'? Constellations, v. 16, p. 550-562, 2009. DOI: 10.1007/978-3-531-91066-6_3.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016.
- BRASIL. Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018. Diário Oficial da União, 26 jul. 2018. Seção 1, p. 71.
- PUTNAM, R. D.; LIGHT, I.; BRIGGS, X.; ROHE, W. M.; VIDAL, A. C.; HUTCHINSON, J.; GRESS, J.; WOOLCOCK, M. Using social capital to help integrate planning theory research and practice. Journal of the American Planning Association, v. 70, n. 2, p. 142-192, 2004.
- Relatório de Riscos Globais 2023. Fórum Econômico Mundial, Suíça: Genebra, 2023.
- SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. (2013) As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. Desenvolvimento em Questão, v. 11, n. 22, p. 35-61.
- SANTOS, Fernanda Marsaro. Estudo de Caso como Ferramenta Metodológica. Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 344-347, set./dez. 2011.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJI, Rosangela Araujo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. Quali-quantitative research: contributions to research in science teaching. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 569-584, dez. 2017.
- SILVA, Elessandra Pereira da, 1981- 2021 Atuação do Poder Legislativo no processo de aprovação do orçamento público municipal [recurso eletrônico] / Elessandra Pereira da Silva. - 2021.


SULBRANDT, J. La evaluación de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. In: KLIKSBURG, B. *Pobreza: un tema impostergradable*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Tribunal de Contas da União – TCU. Dez para a boa governança. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento Governança e Gestão, 2014.


YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento de métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS


Anexo A – Sítio Arqueológico – SICG IPHAN



SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão



SICG

<p>Contexto</p> <p>Recorte territorial: Não encontrado.</p> <p>Recorte temático: Não encontrado.</p> <p>Identificação do universo: Não encontrado.</p> <hr/> <p>Localização</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 33%;">UF: Roraima</td> <td style="width: 33%;">Município: Boa Vista</td> <td style="width: 33%;">CEP: Não informado</td> </tr> </table> <p>Coordenada(s) geográfica(s): 2,8524480563965002 -60,733168660704</p> <p>Endereço: Avenida Parimé Brasil, Cidade Satélite</p>	UF: Roraima	Município: Boa Vista	CEP: Não informado	<p>Mapa</p> 							
UF: Roraima	Município: Boa Vista	CEP: Não informado									
<p>Dados do bem</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">Nome: Carana I</td> <td style="width: 50%;">Nome popular: Não informado</td> </tr> <tr> <td>Natureza: Bem Arqueológico</td> <td>Tipo: Sítio</td> </tr> <tr> <td>Estado de Conservação: Ruim</td> <td>Estado de Preservação: Muito Alterado</td> </tr> <tr> <td>Recadastramento: Não</td> <td>10/11/2023 - FISCALIS</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Código IPHAN: RR-1400100-BA-ST-00007</td> </tr> </table>	Nome: Carana I	Nome popular: Não informado	Natureza: Bem Arqueológico	Tipo: Sítio	Estado de Conservação: Ruim	Estado de Preservação: Muito Alterado	Recadastramento: Não	10/11/2023 - FISCALIS	Código IPHAN: RR-1400100-BA-ST-00007		<p>Foto</p> <div style="text-align: center;">  <p>Sem Imagem</p> </div> <p style="text-align: right; font-size: small;">Ambiente: local Versão:1.0.33.4-SNAPSHOT</p>
Nome: Carana I	Nome popular: Não informado										
Natureza: Bem Arqueológico	Tipo: Sítio										
Estado de Conservação: Ruim	Estado de Preservação: Muito Alterado										
Recadastramento: Não	10/11/2023 - FISCALIS										
Código IPHAN: RR-1400100-BA-ST-00007											

Anexo B – Protocola Fala BR



6 APENDICE

- Participantes, suas competências e as respectivas atribuições

Instituição	Competência	Atribuição
Ministério das Cidades	Órgão gestor do Programa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerir o PMCMV 2. Pensar soluções, o aperfeiçoamento da política pública 3. Propor normas e procedimentos, inclusive, a indicar soluções, novos textos e regras aos dispositivos legais relacionados ao tema. 4. Realizar parcerias estratégicas para

		<p>operação do Programa</p> <p>5. Firmar contratos dos empreendimentos</p>
Ministério das Cidades	Órgão Gestor FAR	<p>1. Contratação dos Agentes Financeiros</p> <p>2. Monitoramento sistemático de metas de contratação de empreendimentos habitacionais</p> <p>3. Representação institucional e civil do Fundo de Arrendamento Residencial</p> <p>4. Pacto com ente público local, referente a contrapartida. Representado pelo agente financeiro, nos limites de suas atribuições</p> <p>5. Solicitar informações, periodicamente, ao Ente Público Local, quanto ao andamento do desenvolvimento do empreendimento. Através do Agente financeiro que faz as notificações e controle</p> <p>6. Comunicar o MCdiades, o Ministério Público de representação, o poder legislativo local e o Conselho de Habitação local ou órgão equivalente o andamento dos contratos do Programa.</p>
Caixa Econômica Federal	Agente Financeiro FAR	<p>1. Realizar de forma técnica e procedimental, ações</p>

		<p>abrangidas pelo PMCMV, conforme as leis que regem o Programa. Com uso de metodologias apropriadas e com transparência, nos limites de sua competência legal;</p> <p>2. Recepcionar propostas de empreendimentos habitacionais em conformidade com as normas que regem o PMCMV de abertura de procedimento para enquadramento e contratação de empreendimentos habitacionais</p> <p>3. Atestar a Viabilidade Técnica, orçamentária, financeira, jurídica, de Engenharia e Social, das propostas de empreendimento habitacional em etapa de contratação, nos limites de sua competência legal;</p> <p>4. Observar a competência do cronograma do empreendimento habitacional contratado com eventual cronograma de execução de compromisso do Ente Público Local</p> <p>5. Realizar análise de risco e jurídica do setor da construção civil proponente do empreendimento habitacional</p>
--	--	---

		<ol style="list-style-type: none">6. Verificar a existência de impedimentos relativos ao Ente público Local e à empresa do setor da construção civil7. Adquirir as unidades habitacionais, em nome do Fundo de Arrendamento Residencial8. Contratar e acompanhar execução das obras e serviços, no âmbito das propostas de empreendimentos habitacionais9. Atuar nas concorrências recebidas pelos canais institucionais referentes a aspectos construtivos nas unidades habitacionais por até 60 (sessenta) meses após a sua entrega às famílias beneficiadas;10. Acompanhar a realização do Trabalho Social, conforme ato normativo específico de Trabalho Social (Portaria nº 284 de 2018 – Mcid)11. Celebrar contrato com a família beneficiária, nos limites das duas atribuições12. Administrar contrato celebrado, com a família beneficiária que possua participação financeira, durante o
--	--	--

		<p>período em que estiver ativo - nos limites de suas atribuições</p> <p>13. Prestar informações aos participantes do PMCMV</p> <p>14. Adotar providências judiciais conforme regramento e prazos estipulados em atos normativos da linha de atendimento relativas a: Execução de obras; Definição das famílias beneficiárias</p> <p>15. Trabalho Social, conforme regramento e prazos estipulados em ato normativo específico</p> <p>16. Adaptação pela construtora da unidade habitacional ao uso de pessoa com deficiência, de idoso ou de pessoa com mobilidade reduzida, conforme projeto aprovado pelo Poder Público e observada a legislação aplicável</p> <p>17. Registro do contrato firmado com a família beneficiária, em cartório competente</p> <p>18. Comunicação às concessionárias de serviços públicos com a localização, as características, o número de unidades habitacionais e o cronograma do empreendimento</p> <p>19. Comunicação à distribuidora de</p>
--	--	--

		<p>energia elétrica, dos dados das famílias beneficiárias, para efeitos de inclusão na tarifa social, previamente à entrega do empreendimento</p> <p>20. Alteração de Titularidade à unidade consumidora condominial, após sua contribuição, junto às concessionárias dos serviços de energia elétrica, água e esgoto;</p> <p>21. Recepção e encaminhamento de dúvidas e reclamações relativas a aspectos relativos as unidades habitacionais e do empreendimento, e; descumprimento contratual de pessoa jurídica</p> <p>22. Observar os impedimentos de pessoas jurídicas e físicas para participação no Programa, conforme disposto nos atos normativos aplicáveis;</p> <p>23. Zelar pela regular contratação e execução dos</p>
--	--	---

		<p>empreendimentos habitacionais;</p> <p>24. Disponibilizar ao Gestor Far, periodicamente, as Informações necessárias ao monitoramento, avaliação e divulgação dos resultados do Programa</p> <p>25. Encaminhar ao MCid dados respectivos à etapa de entrega dos empreendimentos habitacionais, conforme disposto em Portaria</p> <p>26. Mediante Solicitação do ente Público Local, celebrar convênio, como representante do FAR, ao recebimento de contrapartida referente à participação financeira das famílias beneficiárias;</p>
--	--	--

		<p>27. Adotar as medidas administrativas, extrajudiciais e judiciais, às expensas do FAR, necessárias à defesa dos direitos do Fundo de Arrendamento Residencial, no âmbito das operações que tiver firmado, em consonância com o Gestor FAR</p> <p>28. Firmar contrato com a empresa do setor da construção civil e com ente público local</p> <p>29. Exercer as obrigações relativas ao Seguro Garantia Executante Construto</p> <p>30. Informar ao Gestor Far eventual descumprimento de compromissos firmados pelo ente Público Local</p>
<p>Governo do Estado de Roraima. (Municípios, estados e Distrito Federal)</p>	<p>Gestão dos projetos de empreendimentos</p>	<p>1. Providenciar documentação sob sua responsabilidade, na forma e prazos exigidos pelos atos normativos da linha de atendimento</p> <p>2. Promover, em articulação com a empresa do setor da construção civil, as aprovações e os licenciamentos cabíveis para a viabilização do empreendimento habitacional</p>

		<p>3. Discricionariamente, indicar terreno sem ônus real e não ocupado, cujo titular tenha interesse na doação ao Fundo de Arrendamento Residencial para implementação do empreendimento habitacional, conforme , por ato normativo específico de abertura de procedimento de enquadramento e contratação do empreendimento habitacional</p> <p>4. Firmar contrato com o Fundo de Arrendamento Residencial, representado pelo Agente Financeiro, e com empresa do setor da construção civil, em que constarão as suas responsabilidades e compromissos assumidos</p> <p>5. Providenciar contrapartida financeira, quando necessária, para complementação dos custos incidentes ao empreendimento habitacional</p>
--	--	---

		<p>mediante justificativa em instrumento orçamentário, integrante da proposta de empreendimento habitacional</p> <p>6. Facultativamente, celebrar convênio com o Gestor do Fundo, representado pelo Agente Financeiro, para efetuar contrapartida referente à participação financeira das famílias beneficiárias, com a manutenção da subvenção concedida à família, limitada a R\$170.000,00</p> <p>7. Realizar processo administrativo para escolha de empresa da construção civil, na hipótese de doação de terreno e no atendimento de</p>
--	--	--

		<p>famílias beneficiárias</p> <p>8. Realizar a indicação de famílias candidatas ao benefício, conforme ato normativo específico de definição de famílias</p> <p>9. Realizar o Trabalho Social, conforme ato normativo específico referente à matéria</p> <p>10. Efetuar a designação de cada unidade habitacional à família beneficiada correspondente</p> <p>11. Informar ao Agente Financeiro, até a entrega do empreendimento, o endereço, a quantidade e o tipo de adaptação da UH para atendimento das pessoas com deficiência, de que trata a Lei Brasileira de inclusão;</p> <p>12. Finalizada a obra do empreendimento e as obrigações</p>
--	--	--

		<p>conferidas à empresa do setor da construção civil, responsabilizar-se pela guarda e pela manutenção dos imóveis até ocupação da família beneficiária e pelo ônus de eventuais despesas recorrente</p> <p>13. Assegurar, por meio de lei, isenção permanente e incondicionada, enquanto perdurarem as obrigações contratuais do beneficiário, dos tributos de sua competência que tenham como fato gerador a transferência das moradias ofertadas pelo Programa, a qual deverá produzir efeitos em momento prévio à contratação do empreendimento habitacional, vedada a vinculação da</p>
--	--	--

		<p>isenção à quitação de eventual dívida do beneficiário com o Ente Público</p> <p>14. Divulgar à família, cronograma de ocupação dos imóveis a partir do recebimento das chaves, em articulação com o Agente Financeiro, conforme etapa de entrega do empreendimento habitacional</p> <p>15. Monitorar a permanência da família beneficiária na unidade habitacional pelo período de 60 (sessenta) meses após a assinatura do seu contrato</p> <p>16. Informar ao Agente Financeiro situações que representem descumprimento contratual por parte da família beneficiária</p>
--	--	--

		17. Zelar pela aplicação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, em conformidade com a legislação aplicável.
--	--	---

Quadro 2. Dados observados e sistematizado pela autora. FONTE: Caixa Econômica Federal. Documentos como base: Decreto 7.499/2011; Decreto 7.825/2012; Lei 11.439/2023; Lei 9.514/1997; Lei 10.188/2001; Lei 10.859/2004; Lei 11474/2007; Lei 11.977/2009; Lei 12.024/2012; Lei 12.418/2011; Lei 12.722/2012.

Atividades prevista no Projeto Técnico Social e Projeto de Desenvolvimento Socio Territorial

EIXO	ATIVIDADES	NÚMERO DE PARTICIPANTES	RESULTADOS
Mobilização e Comunicação Ações informativas	Palestra – Prevenção de Acidentes Domésticos e Incêndios	269 moradores	Duração: 4 dias
Mobilização e Comunicação Ações informativas	Reunião de apresentação do PDST – Projeto Social Tenda Literária	179 moradores	Duração: 4 dias
Mobilização e Comunicação Ações informativas	Visitas em loco – nos apartamentos para verificação de documentos	105 visitas	Período: Durante um mês

		faltantes ou justificativa de ausência nos cursos		
Mobilização e Comunicação		Contato Telefônico – com alunos matriculados com objetivo de passar informações de datas e outros pertinentes aos cursos	93 moradores	Período: durante um mês
Mobilização e Comunicação e Articulação e Parcerias		Parcerias com síndicos dos 12 edifícios para divulgação aos moradores do PDST		Período: 11 dias
Mobilização e Comunicação e Articulação e Parcerias		Parceria com Corpo de Bombeiros para parceria na realização de palestras ref. Acidentes domésticos e incêndios		Período: três dias
Mobilização e Comunicação e Articulação e Parcerias		Parceria com Gestores do Colégio Militar Estadual Irmã		Disponibilização de quadra esportiva Realização de 4 palestras ref.

	Maria Teresa Parodi		Prevenção de Acidentes Domésticos e Incêndio
Mobilização e Comunicação Articulação e Parcerias	Parceria com CONDESAIMA		- Fornecimento de 1.000 águas mineral ao público infantil
Mobilização e Comunicação Capacitação de Equipe Técnica	Reunião entre os entes – Organizador (CONDESAIMA) e Executor (SENAI)	09 participantes	
Mobilização e Comunicação Capacitação de Equipe Técnica	Reunião com Equipe técnica SENAI	04 pessoas	Planejamento e Socialização de informações
Mobilização e Comunicação Capacitação de Equipe Técnica	Reunião Periódica com Equipe Técnica Social	11 participantes	Avaliação de ações executas e planejamento para novas atividades
Mobilização e Comunicação Avaliação e Monitoramento	Avaliação – Pesquisa de Satisfação da Palestra de Acidentes domésticos e Incêndios	209 participantes	
Mobilização e Comunicação	Avaliação – Pesquisa de Satisfação com os alunos	42 alunos de 3 turmas	

Mobilização e Comunicação	Plantão Social – Centro de Atendimento Social (CAS) do Residencial Vila Jardim, incluindo visitas domiciliares	109 participantes	- Levantamento de demandas da comunidade; esclarecimentos de dúvidas, divulgação do PDST
Participação Comunitário e Desenvolvimento Sócio Organizativo: Macro ação – Mobilização e Organização Comunitário	Atividade nº 6 – Plantão Social		
Empreendedorismo - Macro ação de Geração de Trabalho e Renda	Atividade nº 6 – Curso de Confeiteiro Industrial;	60 alunos – 3 turmas	
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Atividade nº 8 – Curso de Eletricista Residencial e Predial	60 alunos – 3 turmas	
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Atividade nº 10 – Curso de Informática Básica	40 alunos – 2 turmas	
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Atividade nº. 12 – Curso de Mecânico de	15 alunos 0- 1 turma	

	Refrigeração Residencial		
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Curso de Assistente Administrativo		
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Curso de Assistente de Contabilidade		
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Curso de Assistente de Recursos Humanos		
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Curso de Cabelereiro		
Empreendedorismo - Geração de Trabalho e Renda	Curso de Depilação		
Participação Comunitário e Desenvolvimento Sócio Organizativo	Apoio ao Projeto Social Esporte para Todos		
Participação Comunitário e Desenvolvimento Sócio Organizativo	Apoio ao Projeto Social “Capoeira Vila Jardim”		
Participação Comunitário e Desenvolvimento Sócio Organizativo	Apoio ao Projeto Social “1º. Torneio de Futsal Meninos do Vila”		
Participação Comunitário e			

Desenvolvimento Sócio Organizativo			